



BALANÇO SOCIAL 2011

Abril/2012

Índice

I.	Nota Introdutória	5
II.	Organograma.....	6
III.	Executivo Câmara Municipal da Maia	7
IV.	Estrutura da Câmara Municipal da Maia.....	8
V.	Balanço Social/2011	15

RECURSOS HUMANOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA15

Quadro 1 - Contagem dos trabalhadores segundo a modalidade de Vinculação por Cargo/Carreira e Género.....	16
Quadro 1.1 - Contagem dos prestadores de serviços (pessoas singulares) segundo a modalidade de prestação de serviços e género	18
Quadro 2 - Contagem dos trabalhadores segundo o escalão etário por cargo/carreira e género.....	20
Quadro 3 - Contagem dos trabalhadores segundo o nível de antiguidade por cargo / carreira e género	22
Quadro 4 - Contagem dos trabalhadores segundo o nível de escolaridade por cargo/carreira e género	24
Quadro 5 - Contagem dos trabalhadores estrangeiros por cargo / carreira segundo a nacionalidade e género	26
Quadro 6 - Contagem dos trabalhadores portadores de deficiência por cargo / carreira segundo o escalão etário e género	28

Quadro 7 - Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano por cargo/carreira segundo a ocupação do posto	30
Quadro 8 - Contagem das saídas de trabalhadores segundo o motivo por cargo/carreira e género.....	32
Quadro 9 – Não disponibilizado pelo SIIAL - Sistema Integrado de Informação da Administração Local (inexistente)	33
Quadro 10 - Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados por cargo/carreira segundo a dificuldade de recrutamento	34
Quadro 11 - Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores segundo o motivo por cargo/carreira e género	36
Quadro 12 - Contagem dos trabalhadores segundo a modalidade de horário de trabalho por grupo/cargo/carreira e género.....	38
Quadro 13 - Não disponibilizado pelo SIIAL - Sistema Integrado de Informação da Administração Local (inexistente)	39
Quadro 14.1 - Contagem das horas de trabalho noturno, normal e extraordinário, segundo o género.....	39
Quadro 14.2 - Contagem das horas de trabalho extraordinário, diurno e noturno, segundo o género.....	40
Quadro 14.3 - Contagem das horas de trabalho extraordinário em dias de descanso semanal e feriados segundo o género	40
Quadro 15 - Contagem dos dias de ausência ao trabalho segundo o motivo por cargo / carreira e género.....	42
Quadro 16 - Não disponibilizado pelo SIIAL - Sistema Integrado de Informação da Administração Local (inexistente)	43

REMUNERAÇÕES E ENCARGOS44

Quadro 17 - Estrutura remuneratória, por género/Remunerações mensais ilíquidas brutas, (Dez).....	45
Quadro 18 - Total dos encargos com pessoal durante o ano	47
Quadro 18.1 - Suplementos Remuneratórios	48
Quadro 18.2 - Prestações Sociais	50
Quadro 18.2.1 - Benefícios de Apoio Social.....	51

HIGIENE E SEGURANÇA52

Quadro 19.1 - Contagem dos acidentes no local de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa (por género).....	52
Quadro 19.2 - Contagem dos acidentes de trabalho <i>in itinere</i> e de dias de trabalho perdidos com baixa (por género).....	54
Quadro 20 - Contagem dos casos de incapacidade declarados relativamente aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho	54
Quadro 21 - Contagem das situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos	55
Quadro 22 - Contagem das atividades de medicina no trabalho e respetivos encargos	55
Quadro 23 - Contagem das intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho por tipo	56
Quadro 24 - Contagem dos trabalhadores sujeitos a ações de reintegração profissional por acidentes de trabalho/incapacidade.....	57
Quadro 25 - Contagem das ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho	57

Quadro 26 - Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (em €)58

FORMAÇÃO PROFISSIONAL60

Quadro 27 - Contagem das ações de formação profissional por tipo segundo a duração da acção60

Quadro 28 - Contagem dos participantes em ações de formação profissional segundo o tipo de ação por cargo / carreira61

Quadro 29 - Contagem das horas despendidas em ações de formação profissional segundo o tipo de ação por cargo/carreira63

Quadro 30 - Despesas anuais com formação profissional64

Quadro 31 - Relações Profissionais65

Quadro 32 – Disciplina66

ELEITOS, GABINETES DE APOIO E DIRIGENTES67

Quadro 33 – Eleitos (Desdobrado por Género)67

Quadro 34 – Gabinetes de Apoio Pessoal68

Quadro 35 – Dirigentes e Equiparados69

INDICADORES70

CONSIDERAÇÕES FINAIS71

I. Nota Introdutória

O Balanço Social é um documento de elaboração obrigatória para todos os serviços da Administração Pública Central, Regional e Local com mais de 50 trabalhadores, tendo sido, assim, instituído pelo Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro.

Inicialmente foi introduzido nas empresas privadas com pelo menos 100 trabalhadores (Lei n.º 141/85, de 14-11) sendo, posteriormente alargado e generalizado à Administração Pública, através do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho.

Trata-se de um instrumento fundamental para a gestão e planeamento de recursos humanos em qualquer organização institucional, na medida em que proporciona um conjunto de indicadores de grande valia, os quais permitem, nomeadamente, pôr em evidência pontos fortes e pontos fracos da gestão social dos recursos humanos, o grau de eficiência dos investimentos sociais e os programas de ação que visem a realização pessoal dos trabalhadores, a sua identificação na empresa e a melhoria da sua própria vida. (vide Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro).

Assim, e em conformidade com as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro apresenta-se o Balanço Social desta Câmara Municipal, reportando-se a informação dele constante a 31 de Dezembro de 2011.

Nota final: os Gráficos apresentados são numerados de acordo o número do Quadro a que respeitam.

II. Organograma

Em cumprimento do plasmado no Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, a Assembleia Municipal da Maia, em reunião ordinária, realizada no dia 29 de Dezembro de 2010, homologou a decisão proferida pela Câmara Municipal da Maia, em reunião extraordinária de 13 de Dezembro de 2010, de aprovar o Regulamento da Macroestrutura Organizacional da Câmara Municipal da Maia, constituído por um número máximo de 14 Unidades Nucleares, sob a forma de Departamentos Municipais e um número máximo de 34 Unidades Flexíveis (Divisões), cujo teor corresponde na íntegra ao publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 93, de 15 de Maio de 2007, com o n.º de Aviso 8754/2007.

O Executivo da Câmara Municipal da Maia é composto pelo Presidente, o Vice-Presidente e nove Vereadores, conforme se apresenta no quadro seguinte:

III.Executivo Câmara Municipal da Maia



Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Gonçalves Bragança Fernandes



Vice-Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos Silva Tiago



Vereadora

Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho



Vereador

Mário Nuno Alves da Silva Neves



Vereador

Paulo Fernando de Sousa Ramalho



Vereadora

Marta Moreira de Sá Peneda



Vereador

Manuel Marques Nogueira dos Santos



Vereador

Hernani Avelino da Costa Ribeiro



Vereador

Mário José Santos Gouveia



Vereador

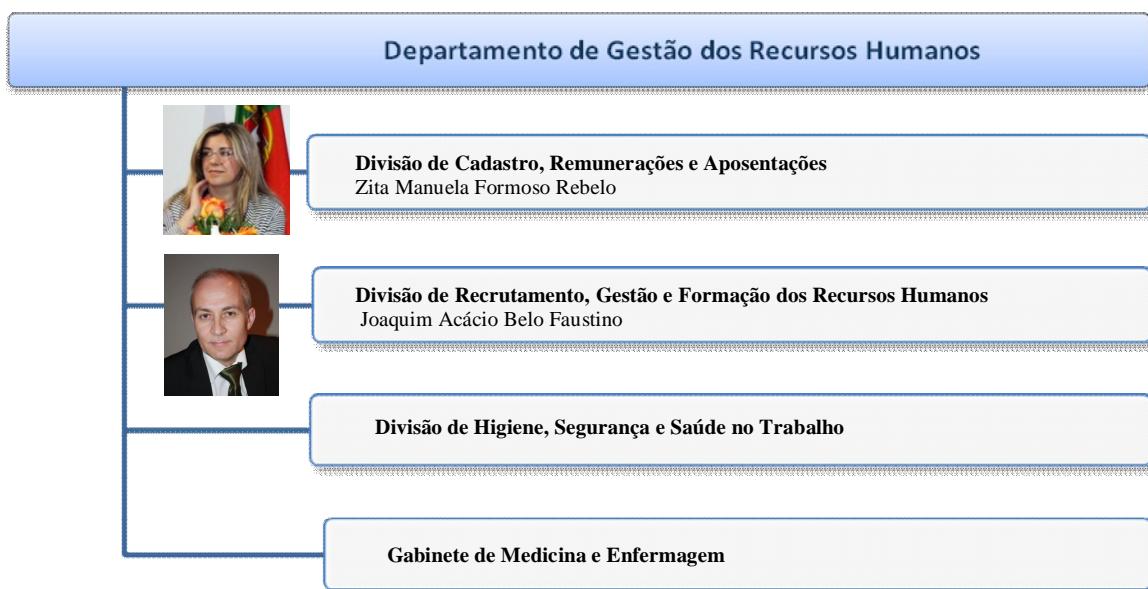
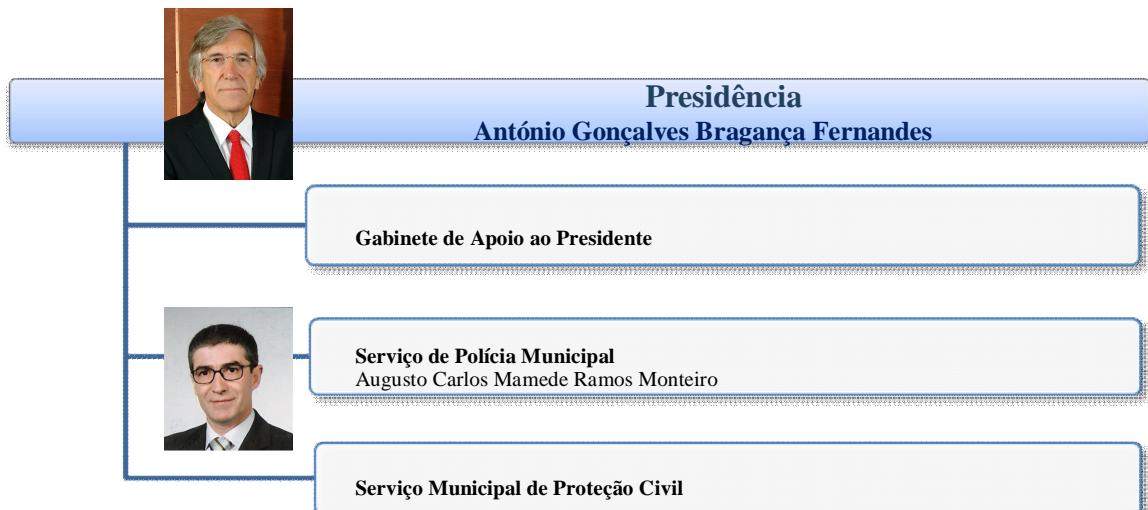
José Manuel Santos Correia

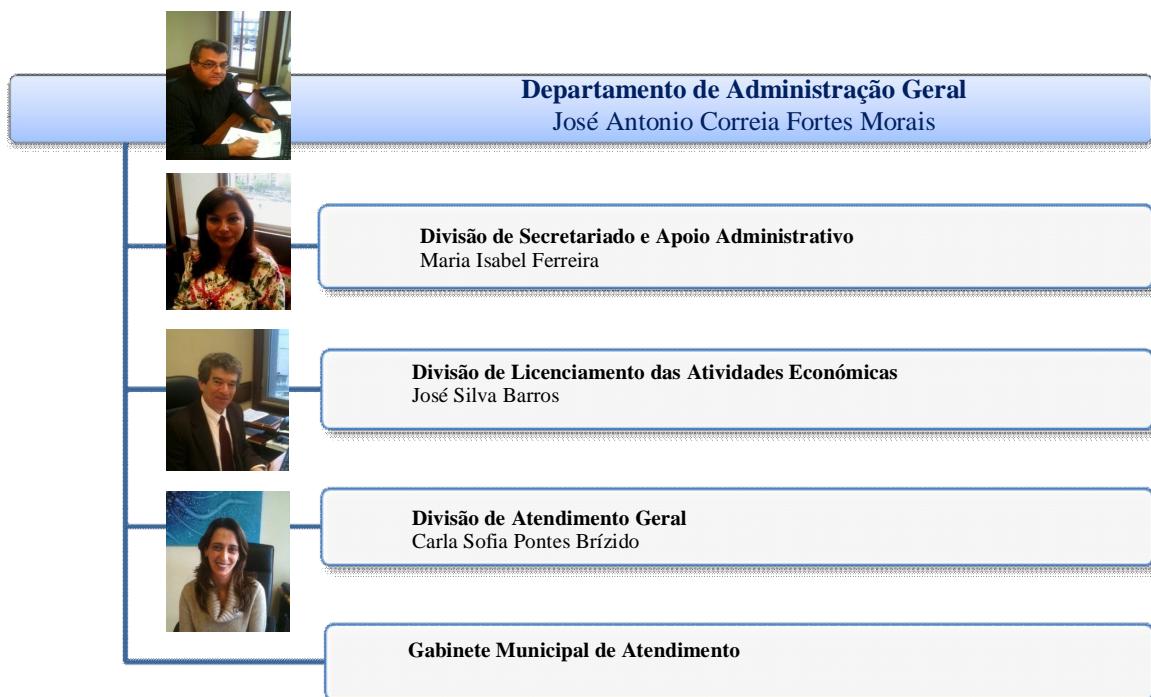
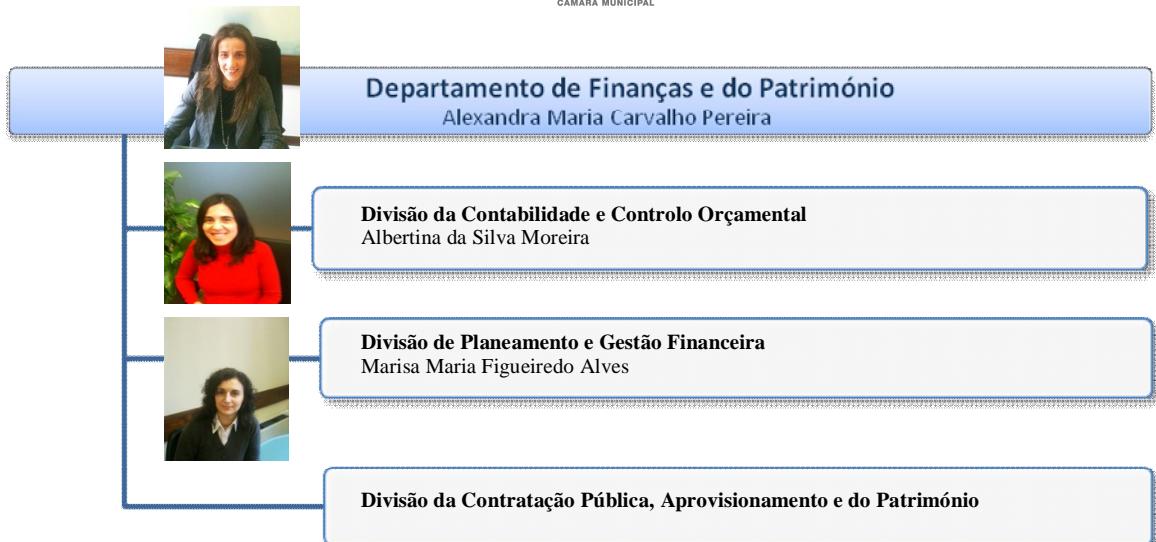


Vereadora

Maria Inês Loureiro Rodrigues

IV. Estrutura da Câmara Municipal da Maia









Departamento de Construção e Estruturas Municipais
Alfredo Alvura da Hora Soares



Divisão de Edificações Municipais e Equipamentos
Carla Susana Maia Carvalho



Divisão de Infraestruturas Viárias
Manuel José Augusto Sousa



Departamento de Conservação e Manutenção de Estruturas Municipais
Vitor Manuel Vilarinho Ascensão



Divisão de Conservação e Manutenção de Edifícios e Equipamentos Municipais
Adelina Fernanda Magalhaes Rodrigues



Divisão de Conservação e Manutenção de Infraestruturas Viárias
Cristina Carvalho Machado



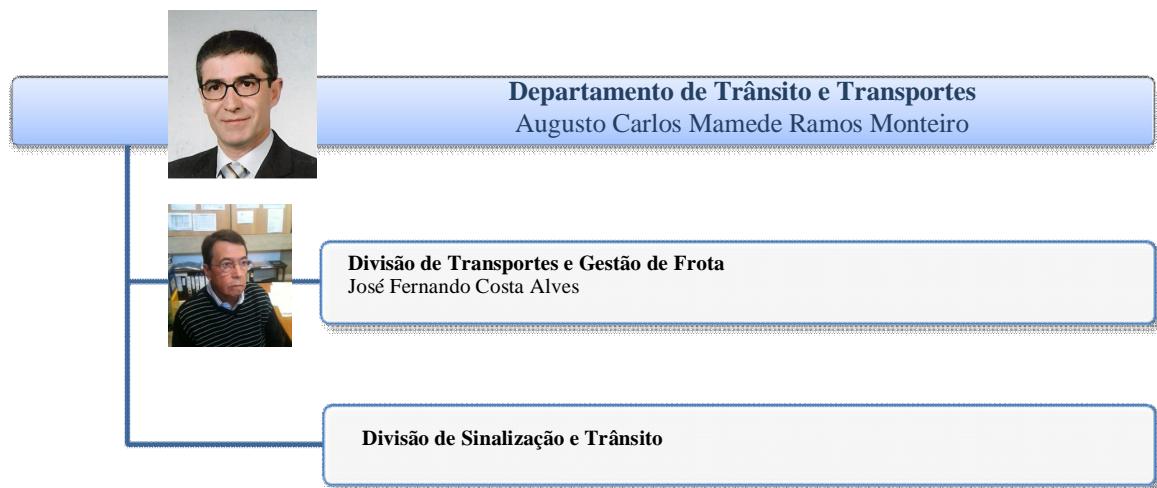
Departamento de Qualidade, Auditoria Interna e Sistemas de Informação
José Fernando Ferreira da Silva



Divisão da Qualidade e Auditoria Interna
Rita Daniela Oliveira de Sousa



Divisão do Planeamento, Desenvolvimento e Manutenção Informática e dos Sistemas e Estruturas de Comunicação
Antonio Valentim Couto e Vale



Departamento de Educação, Ação Social e Juventude
Francisco Manuel Correia Lemos



Divisão de Ação Social e Habitação Social
Maria Luisa Teixeira Guimarães



Divisão de Educação
Júlio Antonio Pereira Pinto Guimarães



Gabinete da Juventude



Departamento de Desporto
José Franciso Pedrosa Simões Ferreira



Divisão do Fomento Desportivo
Mafalda Sofia Roriz Oliveira Brás



Divisão de Gestão de Infraestruturas e Equipamentos Desportivos
Antonio Paulo dos Santos Queirós

Gabinete de Apoio às Associações e Coletividades de Índole Desportiva.



Departamento Jurídico e do Contencioso
Álvaro Manuel Vaz Monteiro Dias Duarte



Divisão do Notariado, Registo e Contraordenações
Romana Jesus Bré Abreu Torres



Divisão do Contencioso, Expropriações, Embargos e Execuções Fiscais
Virgílio Manuel Noversa Silva Gomes

Divisão de Consultadoria Jurídica



Departamento de Cultura e Turismo
José Augusto Maia Marques



Divisão das Bibliotecas, dos Arquivos, Centros de Estudo e Museus Municipais
Suzana de Sousa e Silva



Divisão da Ação e Desenvolvimento Cultural
Armando Mário Moreira Tavares



Divisão do Turismo
Rui Patrício Sarmento Rodrigues

Gabinete de Arqueologia

V. Balanço Social/2011¹

RECURSOS HUMANOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

A Câmara Municipal da Maia, em 31 de dezembro de 2011, contava com 1103 trabalhadores dos quais: 518 na categoria de Assistente Operacional; 215 trabalhadores na categoria de Assistente Técnico; 128 trabalhadores na carreira de Técnico Superior; 23 trabalhadores afetos à Polícia Municipal e 9 na Informática.

O número de Dirigentes Intermédios eram 41, dos quais 13 do 1.º grau e 28 do 2.º.

Na carreira Outros estavam contemplados 15 membros dos Gabinetes de Apoio à Presidência e Vereação (GAP e GAV), 6 Fiscais Municipais e ainda, em maior número, 148 Professores de Atividades Enriquecimento Curricular (AEC'S) que no ano anterior estavam integrados na carreira de Técnico Superior, conforme quadro/gráfico n.º 1.

O Índice de Tecnicidade, em sentido restrito (excluindo os Dirigentes), traduz-se em 11,60% como regista a fórmula seguinte:

Índice de Tecnicidade	Número de Técnicos Superiores x 100	11,60%
	Total de Recursos Humanos	

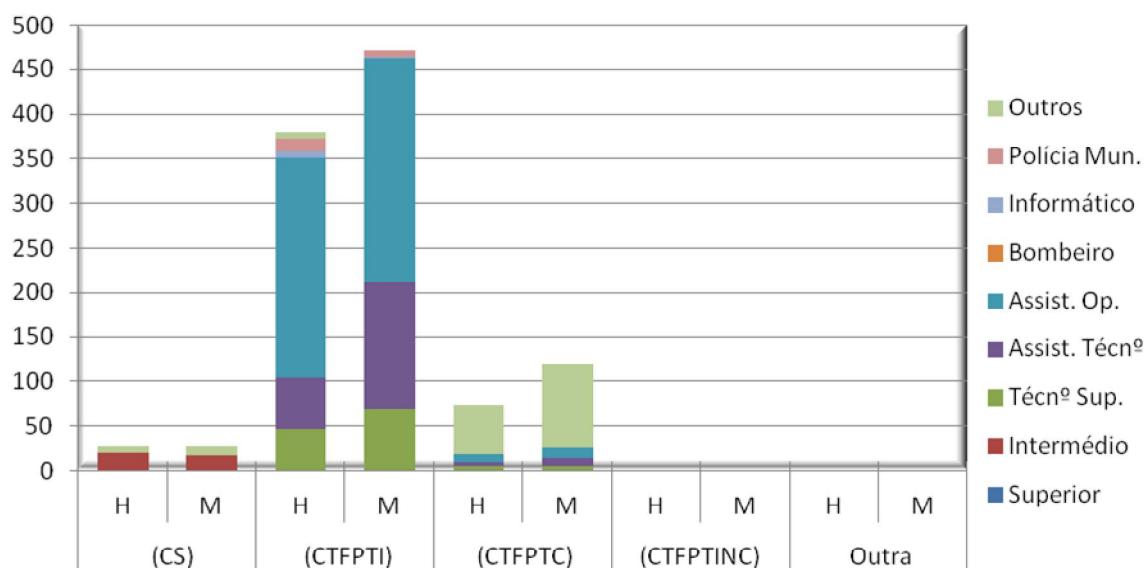
¹ O presente Capítulo, na sua generalidade, toma como referência as Instruções e Quadros do Balanço Social disponibilizados pelo SIIAL - Sistema Integrado de Informação da Administração Local e CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte.

Quadro 1 - Contagem dos trabalhadores segundo a modalidade de Vinculação por Cargo/Carreira e Género

Carreiras e Categorias		Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
Vinculação	Género	Superior	Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Polícia Municipal		
Comissão de Serviço (CS)	H	0	22	0	0	0	0	0	0	6	28
	M	0	19	0	0	0	0	0	0	9	28
	T	0	41	0	0	0	0	0	0	15	56
CTFP por tempo Indeterminado (CTFP TI)	H	0	0	47	58	247	0	7	15	6	380
	M	0	0	70	142	250	0	2	8	0	472
	T	0	0	117	200	497	0	9	23	6	852
CTFP a termo resolutivo certo (CTFP TCR)	H	0	0	5	5	10	0	0	0	55	75
	M	0	0	6	10	11	0	0	0	93	120
	T	0	0	11	15	21	0	0	0	148	195
CTFP a termo resolutivo incerto (CTFP TCI)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outra	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total ²	H	0	22	52	63	257	0	7	15	67	483
	M	0	19	76	152	261	0	2	8	102	620
	T	0	41	128	215	518	0	9	23	169	1.103

² O número total de trabalhadores, 1103, exclui 113 Prestadores de Serviços e 66 trabalhadores recrutados via Medidas de Contrato de Emprego e Inserção (MCEI).

Gráfico 1 - Contagem dos trabalhadores segundo a modalidade de Vinculação por Cargo/Carreira e Género



Nota comparativa: Em reporte ao dia 31 de dezembro/2010 existiu um aumento do número de trabalhadores em Outros e o seu decréscimo na Carreira de Técnico Superior, em virtude de no ano 2010 os AEC'S se encontrarem na posicionados na carreira de Técnico Superior e no ano 2011 passarem a constar em Outros. Adicionalmente, no ano 2011 também não foram contemplados os trabalhadores recrutados via Medidas de Contrato de Emprego e Inserção – MCEI (66). Estas alterações resultam das recentes orientações da CCDRN e DGAL para efeitos de elaboração do Balanço Social/2011, impossibilitando a comparação de dados entre os últimos anos.

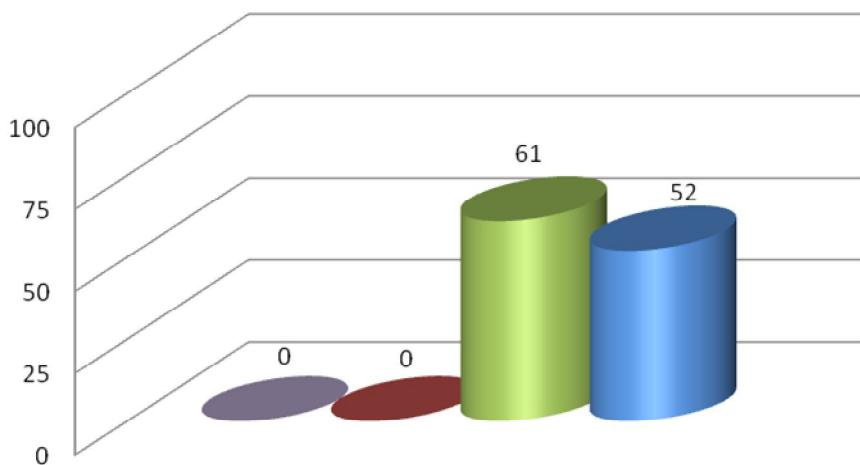
Na **Contagem dos prestadores de serviços segundo a modalidade de prestação de serviços e género** verificou-se existirem 113 contratos em regime de prestação de serviços. Entre os prestadores de serviços (modalidade de avença) 61 eram do género masculino e 52 do género feminino (ver quadro/gráfico n.º 1.1).

Quadro 1.1 - Contagem dos prestadores de serviços (pessoas singulares) segundo a modalidade de prestação de serviços e género

Carreiras e Categorias		Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
Prestação Serviços	Género	Superior	Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Policia Municipal		
Tarefa	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Avença	H	0	0	0	0	0	0	0	0	61	61
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	52	52
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	113	113
Total	H	0	0	0	0	0	0	0	0	61	61
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	52	52
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	113	113

Gráfico 1.1 - Contagem dos prestadores de serviços (pessoas singulares) segundo a modalidade de prestação de serviços e género

■ Tarefa H ■ Tarefa M ■ Avença H ■ Avença M



Nota comparativa: Os Prestadores de Serviços reduziram de 149 para 113, perfazendo um total de menos 36 prestadores. Face ao ano anterior existiu uma redução de 100% nos contratos em regime de tarefa, não existindo no ano de 2011 prestadores ao serviço da autarquia nessa modalidade.

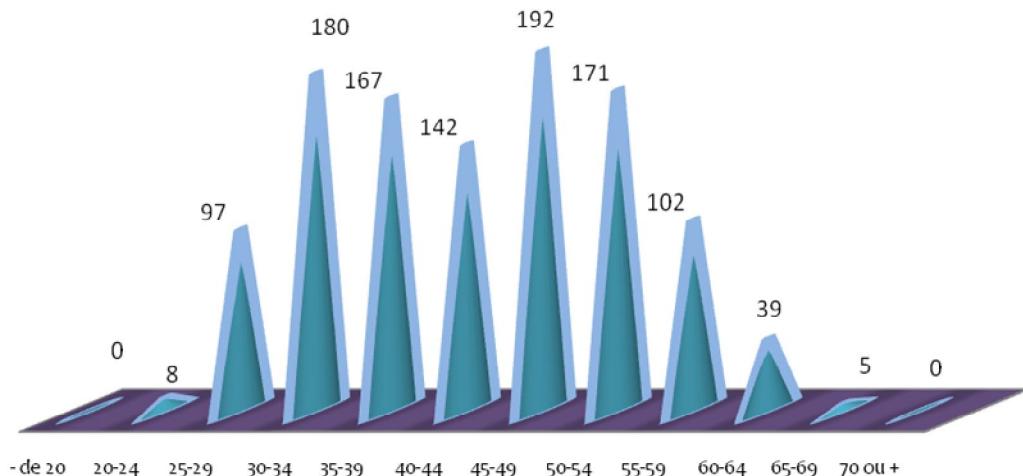
Na **Contagem dos trabalhadores segundo o escalão etário por cargo/carreira e género** verificou-se que a faixa etária com mais trabalhadores incidia nas idades compreendidas entre os 45-49, com 192 trabalhadores. Seguiu-se a faixa etária entre os 30-34 anos com 180 e os trabalhadores com idades compreendidas entre os 50-54 anos, num total de 171. Salienta-se a predominância de trabalhadores do género feminino de 620, contra os 483 do género masculino.

O Nível Etário situava-se no escalão dos 40 aos 42 anos de idade. O Índice de Envelhecimento era de 13,24%, tomando como referência a idade superior a 55 anos, conforme Mapa de Indicadores apresentado no final do presente dossier.

Quadro 2 - Contagem dos trabalhadores segundo o escalão etário por cargo/carreira e género

Carreiras e Categorias		Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
Escalão Etário	Género	Superior	Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Polícia Municipal		
Menos de 20 Anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20-24	H	0	0	0	0	1	0	0	0	2	3
	M	0	0	0	1	2	0	0	0	2	5
	T	0	0	0	1	3	0	0	0	4	8
25-29	H	0	0	0	5	3	0	0	1	21	30
	M	0	0	2	22	6	0	0	0	37	67
	T	0	0	2	27	9	0	0	1	58	97
30-34	H	0	0	10	10	18	0	0	11	28	77
	M	0	0	16	30	17	0	1	5	34	103
	T	0	0	26	40	35	0	1	16	62	180
35-39	H	0	1	11	15	14	0	3	3	7	54
	M	0	7	29	34	27	0	1	3	12	113
	T	0	8	40	49	41	0	4	6	19	167
40-44	H	0	4	9	13	24	0	3	0	3	56
	M	0	9	14	29	26	0	0	0	8	86
	T	0	13	23	42	50	0	3	0	11	142
45-49	H	0	5	6	8	53	0	1	0	5	78
	M	0	1	8	22	79	0	0	0	4	114
	T	0	6	14	30	132	0	1	0	9	192
50-54	H	0	3	8	6	70	0	0	0	0	87
	M	0	0	3	10	67	0	0	0	4	84
	T	0	3	11	16	137	0	0	0	4	171
55-59	H	0	7	4	5	51	0	0	0	0	67
	M	0	2	3	3	27	0	0	0	0	35
	T	0	9	7	8	78	0	0	0	0	102
60-64	H	0	2	4	1	21	0	0	0	1	29
	M	0	0	0	1	8	0	0	0	1	10
	T	0	2	4	2	29	0	0	0	2	39
65-69	H	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
	M	0	0	1	0	2	0	0	0	0	3
	T	0	0	1	0	4	0	0	0	0	5
70 ou mais anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	H	0	22	52	63	257	0	7	15	67	483
	M	0	19	76	152	261	0	2	8	102	620
	T	0	41	128	215	518	0	9	23	169	1.103

Gráfico 2 - Contagem dos trabalhadores segundo o escalão etário por cargo/carreira e género



Nota comparativa: Face ao ano anterior (2010) não existem alterações significativas a registar relativas ao agrupamento das faixas etárias dos trabalhadores, nem do género dos mesmos. Em maior número manteve-se os trabalhadores do género feminino.

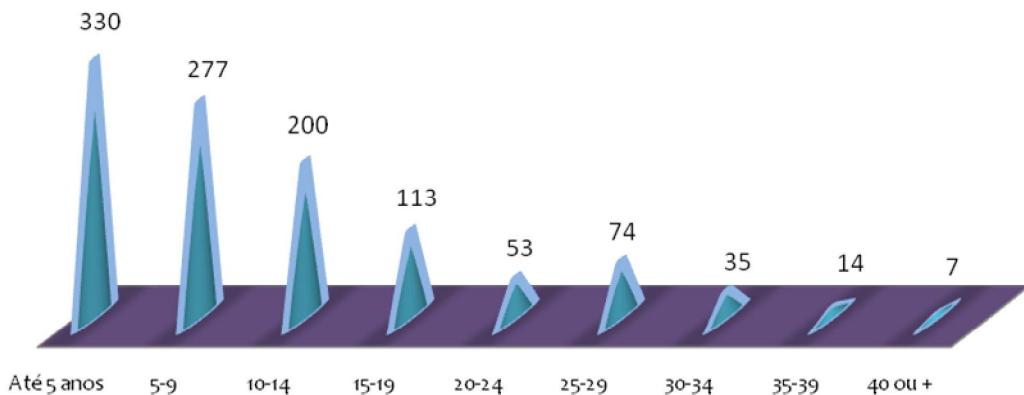
O nível de antiguidade com mais representantes registou-se nos trabalhadores ao serviço da Câmara há menos de 5 anos, seguindo-se dos 5 aos 9 e dos 10 aos 14 anos de antiguidade, sendo que em todos os escalões referidos anteriormente o género feminino prevalece (quadro/gráfico n.º3).

A Antiguidade Média na Função Pública situava-se entre os 10 e os 14 anos, conforme Mapa de Indicadores apresentado no final do presente dossier.

Quadro 3 - Contagem dos trabalhadores segundo o nível de antiguidade por cargo / carreira e género

Carreiras e Categorias		Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
Antiguidade	Género	Superior	Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Pólicia Municipal		
Até 5 anos	H	0	1	10	4	12	0	1	3	60	91
	M	0	0	14	49	82	0	0	0	94	239
	T	0	1	24	53	94	0	1	3	154	330
5-9	H	0	1	10	20	57	0	2	7	0	97
	M	0	3	36	43	87	0	2	7	2	180
	T	0	4	46	63	144	0	4	14	2	277
10-14	H	0	5	11	14	52	0	4	5	1	92
	M	0	7	11	23	63	0	0	1	3	108
	T	0	12	22	37	115	0	4	6	4	200
15-19	H	0	6	7	11	32	0	0	0	5	61
	M	0	6	6	17	23	0	0	0	0	52
	T	0	12	13	28	55	0	0	0	5	113
20-24	H	0	5	1	4	28	0	0	0	0	38
	M	0	1	2	9	2	0	0	0	1	15
	T	0	6	3	13	30	0	0	0	1	53
25-29	H	0	2	4	5	50	0	0	0	1	62
	M	0	0	4	5	1	0	0	0	2	12
	T	0	2	8	10	51	0	0	0	3	74
30-34	H	0	1	4	4	20	0	0	0	0	29
	M	0	1	1	3	1	0	0	0	0	6
	T	0	2	5	7	21	0	0	0	0	35
35-39	H	0	1	3	1	6	0	0	0	0	11
	M	0	1	0	2	0	0	0	0	0	3
	T	0	2	3	3	6	0	0	0	0	14
40 ou Mais anos	H	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
	M	0	0	2	1	2	0	0	0	0	5
	T	0	0	4	1	2	0	0	0	0	7
Total	H	0	22	52	63	257	0	7	15	67	483
	M	0	19	76	152	261	0	2	8	102	620
	T	0	41	128	215	518	0	9	23	169	1.103

Gráfico 3 - Contagem dos trabalhadores segundo o nível de antiguidade por cargo / carreira e género



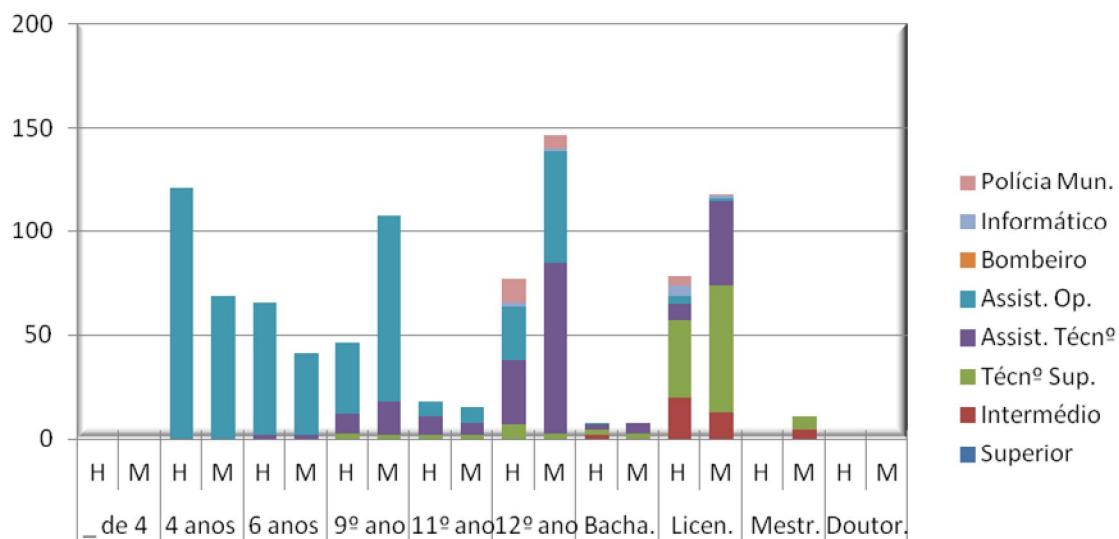
Nota comparativa: Face ao ano anterior não existem alterações significativas relativas ao agrupamento dos intervalos de antiguidade, pois tais factos já haviam sido evidenciados no ano de 2010.

Segundo o **Nível de Escolaridade** e na análise do quadro/gráfico nº 4, verificamos que, repartidos por todas as categorias e carreiras profissionais, existiam 12 trabalhadores com Mestrado e 334 com Licenciatura. Em contraste, 191 trabalhadores possuíam o 4º ano de escolaridade, sendo que destes 189 incluíam-se na carreira de Assistente Operacional.

Quadro 4 - Contagem dos trabalhadores segundo o nível de escolaridade por cargo/carreira e género

Carreiras e Categorias		Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
Escolaridade	Género	Superior	Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Polícia Municipal		
Menos de 4 anos de escolaridade	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4 Anos de escolaridade	H	0	0	0	1	120	0	0	0	1	122
	M	0	0	0	0	69	0	0	0	0	69
	T	0	0	0	1	189	0	0	0	1	191
6 Anos de escolaridade	H	0	0	0	2	64	0	0	0	0	66
	M	0	0	0	2	40	0	0	0	0	42
	T	0	0	0	4	104	0	0	0	0	108
9º Ano ou equivalente	H	0	0	3	9	35	0	0	0	2	49
	M	0	1	1	16	90	0	0	0	1	109
	T	0	1	4	25	125	0	0	0	3	158
11º Ano	H	0	0	2	9	7	0	0	0	0	18
	M	0	0	2	6	7	0	0	0	1	16
	T	0	0	4	15	14	0	0	0	1	34
12º Ano ou equivalente	H	0	0	7	31	26	0	2	11	13	90
	M	0	0	3	82	54	0	1	7	7	154
	T	0	0	10	113	80	0	3	18	20	244
Bacharelato	H	0	2	3	2	1	0	0	0	1	9
	M	0	0	3	5	0	0	0	0	5	13
	T	0	2	6	7	1	0	0	0	6	22
Licenciatura	H	0	20	37	8	4	0	5	4	50	128
	M	0	13	61	41	1	0	1	1	88	206
	T	0	33	98	49	5	0	6	5	138	334
Mestrado	H	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	M	0	5	6	0	0	0	0	0	0	11
	T	0	5	6	1	0	0	0	0	0	12
Doutoramento	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	H	0	22	52	63	257	0	7	15	67	483
	M	0	19	76	152	261	0	2	8	102	620
	T	0	41	128	215	518	0	9	23	169	1.103

Gráfico 4 - Contagem dos trabalhadores segundo o nível de escolaridade por cargo/carreira e género



Nota comparativa: Face ao ano anterior não existem alterações significativas relativas ao agrupamento dos níveis de escolaridade, pois tais fatos já haviam sido evidenciados no ano de 2010.

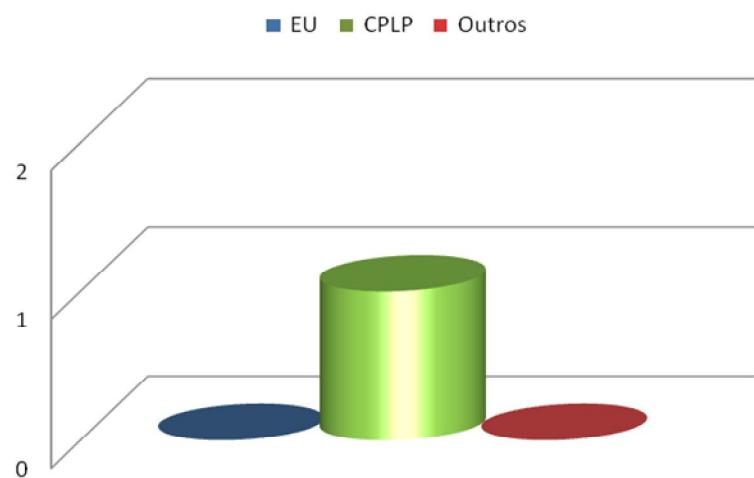
No ano em análise existia apenas um trabalhador (homem), na carreira de Assistente Técnico, de **nacionalidade** Brasileira, registando-se um Índice de **Trabalhadores Estrangeiros** de 0,09%, traduzido na fórmula seguinte:

$$\frac{\text{Índice de Trabalhadores Estrangeiros}}{\text{Número de Recursos Humanos Estrangeiros} \times 100} = \frac{0,09\%}{\text{Total de Recursos Humanos}}$$

Quadro 5 - Contagem dos trabalhadores estrangeiros por cargo / carreira segundo a nacionalidade e género

Carreiras e Categorias		Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
Trabalhadores Estrangeiros	Género	Superior	Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Polícia Municipal		
União Europeia	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CPLP	H	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Outros	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	H	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1

Quadro 5 - Contagem dos trabalhadores estrangeiros por cargo / carreira segundo a nacionalidade e género



Nota Comparativa: No ano anterior, existia um trabalhador (mulher), na carreira de Assistente Operacional, com nacionalidade estrangeira (União Europeia).

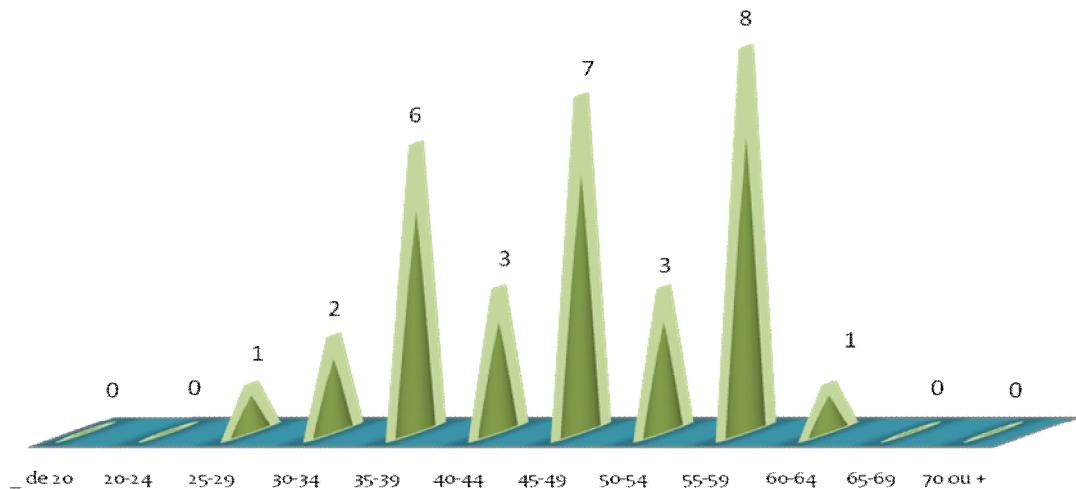
A autarquia acolhia um total de 31 trabalhadores portadores de deficiência, sendo que nesta situação se incluem as doenças do foro oncológico (ver quadro/gráfico n.º 6).

Na contagem dos **Trabalhadores Portadores de Deficiência** destaca-se a faixa etária dos 55-59 anos onde existiam 8 pessoas portadoras de deficiência, entre as quais 6 homens e 2 mulheres. Na faixa etária dos 45-49 existiam 7 pessoas portadoras de deficiência.

Quadro 6 - Contagem dos trabalhadores portadores de deficiência por cargo / carreira segundo o escalão etário e género

Carreiras e Categorias		Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
Deficiência Escalão Etário	Género	Superior	Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Policia Municipal		
Menos de 20 Anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
20-24	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
25-29	H	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
30-34	H	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	1	0	0	0	1	2
35-39	H	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	M	0	0	2	3	0	0	0	0	0	5
	T	0	0	2	3	1	0	0	0	0	6
40-44	H	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
	M	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
	T	0	0	0	2	1	0	0	0	0	3
45-49	H	0	0	0	0	4	0	0	0	0	4
	M	0	0	0	2	1	0	0	0	0	3
	T	0	0	0	2	5	0	0	0	0	7
50-54	H	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
55-59	H	0	1	2	1	2	0	0	0	0	6
	M	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
	T	0	1	2	1	4	0	0	0	0	8
60-64	H	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
65-69	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
70 ou mais anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	H	0	2	2	3	12	0	0	0	1	20
	M	0	0	2	6	3	0	0	0	0	11
	T	0	2	4	9	15	0	0	0	1	31

Gráfico 6 - Contagem dos trabalhadores portadores de deficiência por cargo / carreira segundo o escalão etário e género



Nota Comparativa: No ano 2010 existia um total de 23 trabalhadores portadores de deficiência. No ano 2011 o número aumentou para 31, perfazendo um acréscimo de 8 trabalhadores portadores de deficiência.

Na contagem de **trabalhadores admitidos e regressados** no decorrer do ano de 2011, sobressaiu que 336 foram admitidos por Procedimento Concursal e 4 em Mobilidade Interna, num total de 342 admitidos e regressados.

No universo de 336 admitidos por Procedimento Concursal encontram-se 279 trabalhadores adstritos ao apoio no funcionamento das Escolas do Concelho - 148 AEC'S recrutados em Setembro/2011, 121 trabalhadores nas categorias de Assistentes Técnico e Operacional recrutados em Fevereiro/2011 e 10 em Dezembro/2011. Saliente-se que apenas uma pequena parte destas contratações respeitam a novos postos de trabalho, tratando-se o grosso de situações de mudança de vínculo ou de titular.

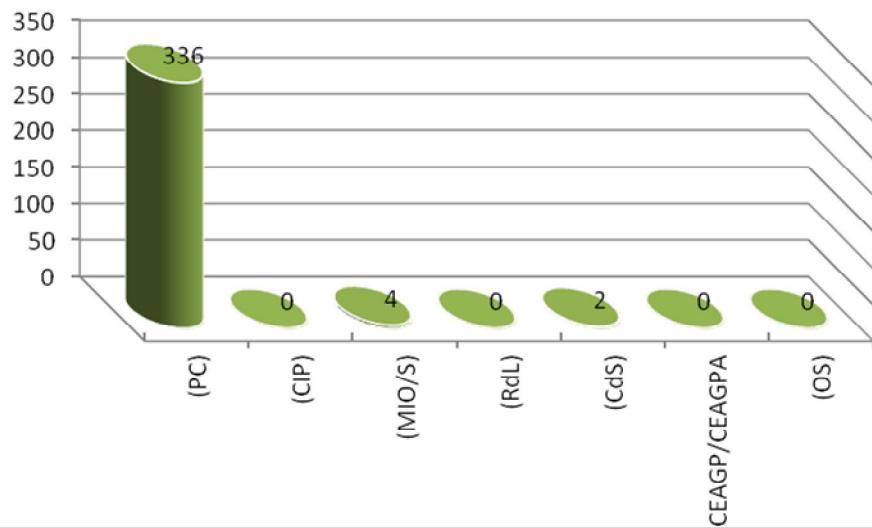
A Taxa de Reposição/2011 traduz-se em 87%, conforme fórmula seguinte:

$$\frac{\text{Número de Admissões} \times 100}{\text{Número de Saídas}} = 87\%$$

Quadro 7 - Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano por cargo/carreira segundo a ocupação do posto

Carreiras e Categorias		Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
Ocupação Posto	Género	Superior	Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Polícia Municipal		
Procedimento concursal (PC)	H	0	0	3	6	5	0	0	0	51	65
	M	0	0	1	50	84	0	0	0	136	271
	T	0	0	4	56	89	0	0	0	187	336
Cedência de interesse público (CIP)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mobilidade Interna a órgãos ou serviços (MIO/S)	H	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
	M	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	T	0	0	1	0	0	0	0	3	0	4
Regresso de licença (RL)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comissão de serviço (CdS)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
CEAGP/CEAGPA	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras situações (OS)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	H	0	0	3	6	5	0	0	3	52	69
	M	0	0	2	50	84	0	0	0	137	273
	T	0	0	5	56	89	0	0	3	189	342

Gráfico 7 - Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano por cargo/carreira segundo a ocupação do posto



Nota Comparativa: Face ao ano anterior, existe uma diminuição de 33 admitidos. Em 2010 foram admitidos 375 trabalhadores e 342 no decorrer do ano 2011.

No âmbito das **saídas de trabalhadores** e em observação ao quadro/gráfico nº 8, destaca-se a saída de 393 trabalhadores, respetivamente: 289 por motivo de Resolução ou Exoneração (iniciativa do Empregador), 14 por Reforma ou Aposentação, 2 por Morte, 1 por Resolução, Denúncia ou Exoneração (Iniciativa do Trabalhador); 1 por termo da Mobilidade Interna; 3 por fim da situação de cedência por interesse público e 83 em Outros (MCEI's).

A Taxa de Rotação/2011 traduz-se em 0,58%, conforme identifica a fórmula seguinte:

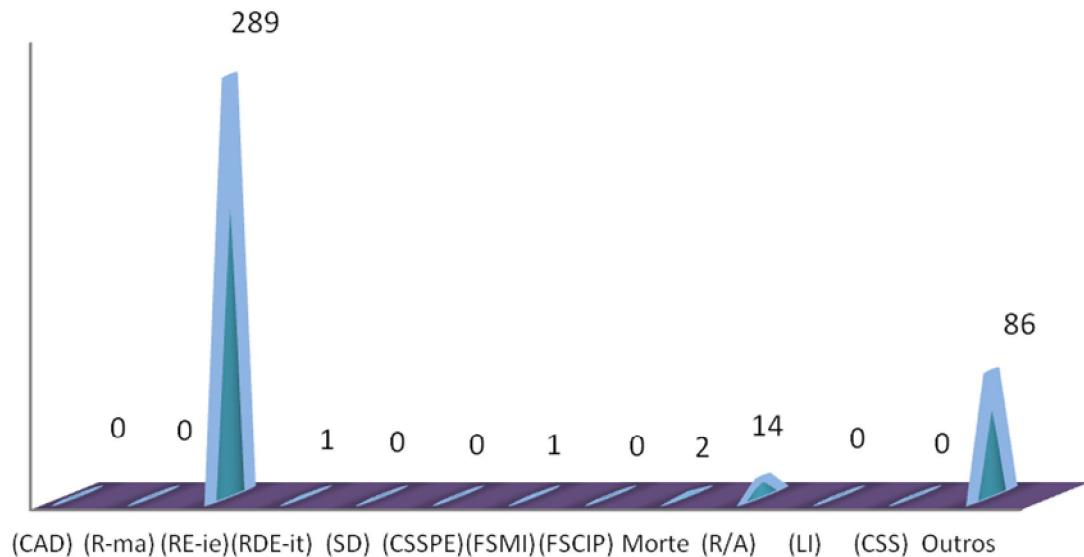
$$\text{Índice de Rotação} = \frac{\text{Número de Recursos Humanos em 31 de Dezembro} + \text{Número de Recursos em 1Janeiro} + \text{entradas+ saídas}}{0,58\%}$$

Quadro 8 - Contagem das saídas de trabalhadores segundo o motivo por cargo/carreira e género

Carreiras e Categorias		Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
Motivo de Saída	Género	Superior	Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Polícia Municipal		
Caducidade (CAD)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Revogação (mútuo acordo) (R-ma)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Resolução ou Exoneração (iniciativa do empregador) (RE-ie)	H	0	0	54	7	14	0	0	0	14	89
	M	0	0	92	29	60	0	0	0	19	200
	T	0	0	146	36	74	0	0	0	33	289³
Resolução, Denúncia ou Exoneração (iniciativa do trabalhador) (RDE-it)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	T	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Sanção disciplinar (SD)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conclusão sem sucesso do período experimental (CSSPE)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fim da situação de mobilidade interna (FSMI)	H	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Fim da situação de cedência de interesse público (FSCIP)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Morte	H	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	1	0	1	0	0	0	0	2
Reforma /Aposentação (R/A)	H	0	0	0	0	10	0	0	0	0	10
	M	0	0	1	0	3	0	0	0	0	4
	T	0	0	1	0	13	0	0	0	0	14
Limite de idade (LI)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cessação da comissão de serviço (CCS)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	H	0	0	1	1	0	0	0	0	10	12
	M	0	0	3	0	0	0	0	0	71	74
	T	0	0	4	1	0	0	0	0	81	86
Total	H	0	0	57	8	25	0	0	0	24	114
	M	0	0	97	29	63	0	0	0	90	279
	T	0	0	154	37	88	0	0	0	114	393

³ No item Resolução ou Exoneração por iniciativa do empregador regista-se um número de saídas de trabalhadores de 289 entre os quais destacam-se os trabalhadores AEC's. Estes mesmos trabalhadores foram identificados na Carreira Técnico Superior a 31 de Dezembro/2010 e na Carreira Outros a 31 de Dezembro de 2011.

Gráfico 8 - Contagem das saídas de trabalhadores segundo o motivo por cargo/carreira e género



Nota Comparativa: Registou-se um aumento de saídas de trabalhadores de 347 no ano de 2010 para 393 no ano de 2011, perfazendo uma diferença de 46 trabalhadores.

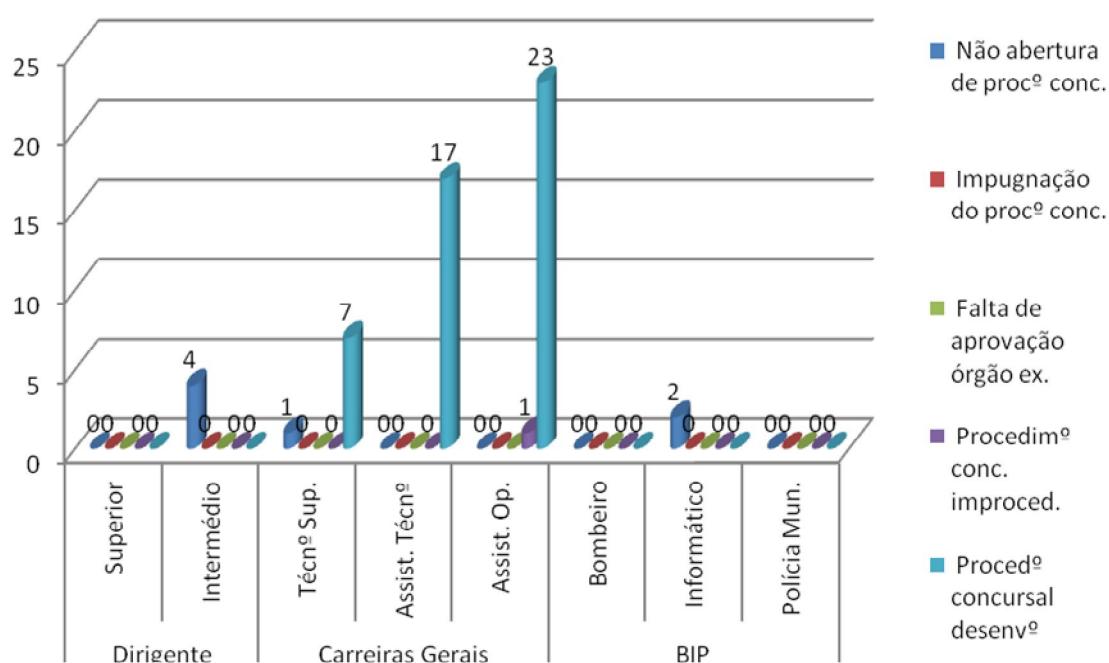
Quadro 9 – Não disponibilizado pelo SIIAL - Sistema Integrado de Informação da Administração Local (inexistente)

Em análise aos **postos de trabalho previstos e não ocupados** salienta-se a existência de 55, nos quais estão incluídos 47 em Procedimento Concursal Desenvolvido (ver do quadro/gráfico n.º 10).

Quadro 10 - Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados por cargo/carreira segundo a dificuldade de recrutamento

Carreiras e Categorias	Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
Motivo de Saída	Superior	Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Polícia Municipal		
Não abertura do procedimento concursal	0	4	1	0	0	0	2	0	0	7
Impugnação do procedimento concursal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Falta de aprovação do Órgão Executivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Procedimento concursal improcedente	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Procedimento concursal Desenvolvido	0	0	7	17	23	0	0	0	0	47
Total	0	4	8	17	24	0	2	0	0	55

Gráfico 10 - Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados por cargo/carreira segundo a dificuldade de recrutamento



Nota Comparativa: Nos anos anteriores (2009 e 2010) não existiam registo de contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados, inviabilizando a análise comparativa.

Nos dados constantes do quadro/gráfico infra, verifica-se que mudaram de **situação, segundo o motivo** por cargo/carreira e género 4 trabalhadores. Seguiram-se 2 trabalhadores na Carreira de Informática e ainda 2 por Procedimento Concursal.

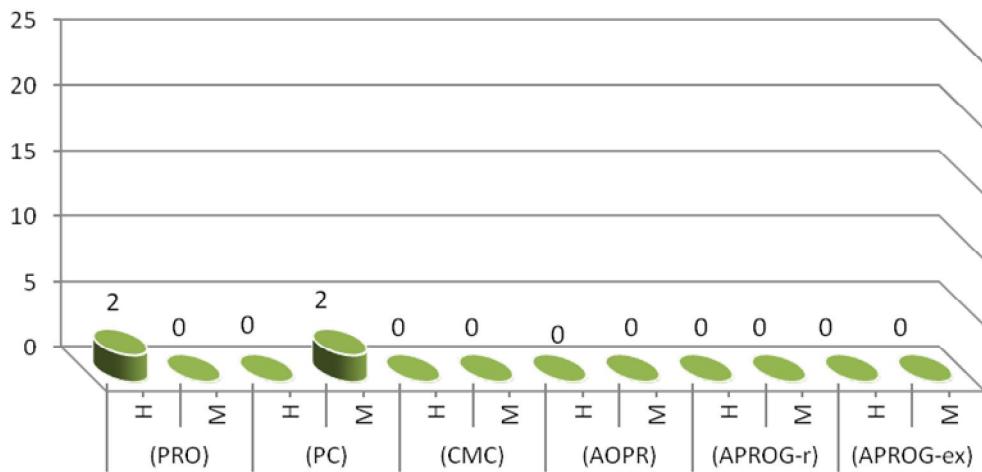
A Taxa de Promoções traduziu-se em 0,23%. Por imperativo legal a Taxa de Progressões não registou qualquer valor, conforme se apresenta:

Taxa de Promoções	<u>Número de efetivos promovidos x 100</u> Total Efetivos do quadro	0,22%
Taxa de Progressões	<u>Número de efetivos com progressões x 100</u> Total de Efetivos do quadro	0%

Quadro 11 - Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores segundo o motivo por cargo/carreira e género

Carreiras e Categorias		Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
Mudança Situação	Género	Superior	Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Policia Municipal		
Promoções (carreiras não revistas e carreiras subsistentes) (PRO)	H	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Procedimento concursal (PC)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
	T	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Consolidação da mobilidade na categoria (CMC)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alteração obrigatória do posicionamento remuneratório (AOPR)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (regra) (APROG-r)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária (exceção) (APROG-ex)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	H	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
	M	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
	T	0	0	0	2	0	0	2	0	0	4

Gráfico 11 - Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores segundo o motivo por cargo/carreira e género



Nota Comparativa: No ano 2010, registou-se a alteração de Mudança de Situação em 28 trabalhadores, todos pela via da Alteração Obrigatória de Posicionamento Remuneratório (AOPR). No ano 2011 tal não foi possível em virtude das imposições da Lei do Orçamento de Estado/2011, nomeadamente no que se refere à imposição de reduções remuneratórias e proibição de valorizações remuneratórias.

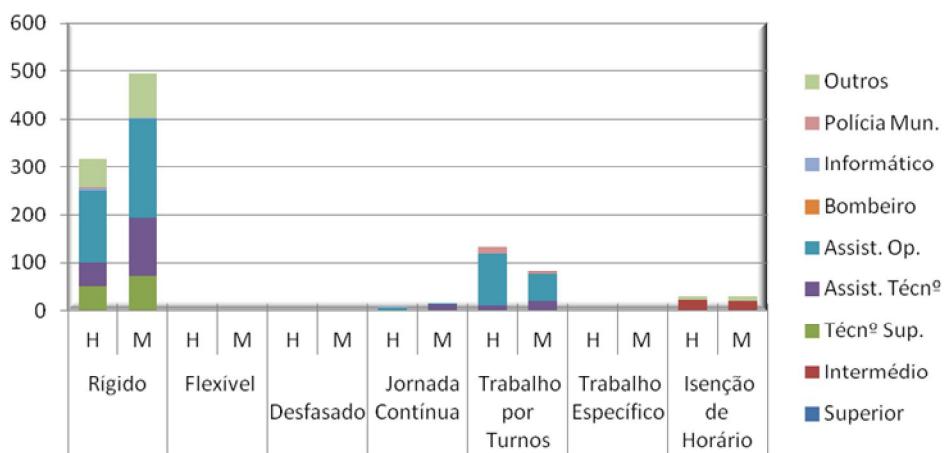
Nos dados constantes do quadro/gráfico n.º 12, verifica-se que dos 1.103 trabalhadores, 812 encontram-se em regime de **Horário de Trabalho Rígido**. Respetivamente 120 trabalhadores na carreira de Técnico Superior, 175 Assistentes Técnicos, 354 como Assistentes Operacionais, 8 na carreira Informática e 1 Polícia Municipal. De realçar o facto de se encontrarem 214 trabalhadores em regime de Turnos, 20 trabalhadores em Jornada Contínua e ainda 56 trabalhadores com Isenção de Horário⁴.

⁴ No item Isenção de Horário consideraram-se os Dirigentes e Membros do GAP e GAV.

Quadro 12 - Contagem dos trabalhadores segundo a modalidade de horário de trabalho por grupo/cargo/carreira e género

Carreiras e Categorias		Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
Horário Trabalho	Género	Superior	Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Pólicia Municipal		
Rígido	H	0	0	49	51	149	0	6	1	61	317
	M	0	0	71	124	205	0	2	0	93	495
	T	0	0	120	175	354	0	8	1	154	812
Flexível	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
	T	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Desfasado	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jornada Contínua	H	0	0	1	2	2	0	1	0	0	6
	M	0	0	4	9	1	0	0	0	0	14
	T	0	0	5	11	3	0	1	0	0	20
Trabalho por Turnos	H	0	0	2	9	107	0	0	14	0	132
	M	0	0	0	20	54	0	0	8	0	82
	T	0	0	2	29	161	0	0	22	0	214
Trabalho Específico	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Isenção de Horário	H	0	22	0	0	0	0	0	0	6	28
	M	0	19	0	0	0	0	0	0	9	28
	T	0	41	0	0	0	0	0	0	15	56
Total	H	0	22	52	62	258	0	7	15	67	483
	M	0	19	76	153	260	0	2	8	102	620
	T	0	41	128	215	518	0	9	23	169	1.103

Gráfico 12 - Contagem dos trabalhadores segundo a modalidade de horário de trabalho por grupo/cargo/carreira e género



Nota Comparativa: Face ao ano anterior registou-se um ligeiro aumento de trabalhadores em Horário Rígido de 804 para 812. Como contraste verifica-se uma substancial diminuição do nº de trabalhadores em Isenção de Horário de 284 em 2010 para 56 em 2011, tal facto deve-se aos Professores AEC'S no ano anterior encontrarem-se posicionados em Regime de Isenção de Horário.

Quadro 13 - Não disponibilizado pelo SIIAL - Sistema Integrado de Informação da Administração Local (inexistente)

Em análise aos quadros infra (14.1, 14.2 e 14.3) verifica-se que as horas de **trabalho extraordinário** realizado em dias de descanso (Sábados, Domingos e Feriados) assumiram um número superior (7.242) face ao número de horas de trabalho extraordinário efetuadas nos restantes dias da semana (5.153), perfazendo um número total de 12.395 horas.

Quadros 14:

Quadro 14.1 - Contagem das horas de trabalho noturno, normal e extraordinário, segundo o género

Trabalho Noturno	Género	Total (horas)
Normal	H	0
	M	0
	T	0
Extraordinário	H	0
	M	0
	T	0
Total ⁵	H	0
	M	0
	T	0

⁵ O quadro 14.1 não se encontra preenchido conforme orientações da DGAL e CCDRN. Os conteúdos foram vertidos apenas no quadro 14.2.

Quadro 14.2 - Contagem das horas de trabalho extraordinário, diurno e noturno, segundo o género

Trabalho Extraordinário	Género	Total
Extraordinário Diurno	H	460
	M	420
	T	880
Extraordinário Noturno	H	3.509
	M	764
	T	4.273
Total	H	3.969
	M	1.184
	T	5.153

Quadro 14.3 - Contagem das horas de trabalho extraordinário em dias de descanso semanal e feriados segundo o género

Trabalho Dias Descanso	Género	Total
Descanso semanal obrigatório	H	1.325
	M	729
	T	2.054
Descanso semanal complementar	H	3.441
	M	1.456
	T	4.897
Feriados	H	223
	M	68
	T	291
Total	H	4.989
	M	2.253
	T	7.242

Tomando como referência os conteúdos anteriores calculou-se os Totais Gerais a fim de facilitar a análise de dados que resultou na grelha seguinte:

Ano 2011	Género	Total Contagem de Horas
Trabalho extraordinário (Diurno e Noturno)	H	3.969
	M	1.184
	T	5.153
Trabalho extraordinário em dias de descanso (Sábados, Domingos e Feriados)	H	4.989
	M	2.253
	T	7.242
Total		12.395

Nota Comparativa: No ano de 2011 verificou-se uma redução de cerca de 40% no número de horas de trabalho cumprido. Salienta-se uma diminuição da despesa em 72.002,37€ nesta rubrica. Importa realçar que as despesas com horas extraordinárias assumiram o valor total de 275.182,01€ e de 177.795,54€, nos anos de 2009 e 2010, respetivamente. Atualmente o valor cifra-se em apenas 105.793,17€. As despesas (pagas) com horas extraordinárias diminuíram cerca de 40,50%.

Em análise aos **dias de ausência** ao trabalho constatou-se que ocorreram 29.437 dias de ausência ao trabalho, no ano 2011. Assim, tendo como referência 250 dias trabalháveis e o número total de trabalhadores ao serviço da Câmara Municipal da Maia (1103) atingiu-se uma taxa de absentismo global de 10,68%, o que nos indica que, em média, cada trabalhador faltou 26,69 dias. Os trabalhadores do género feminino contribuíram em maior número para as ausências ao trabalho (ver quadro/gráfico n.º 15).

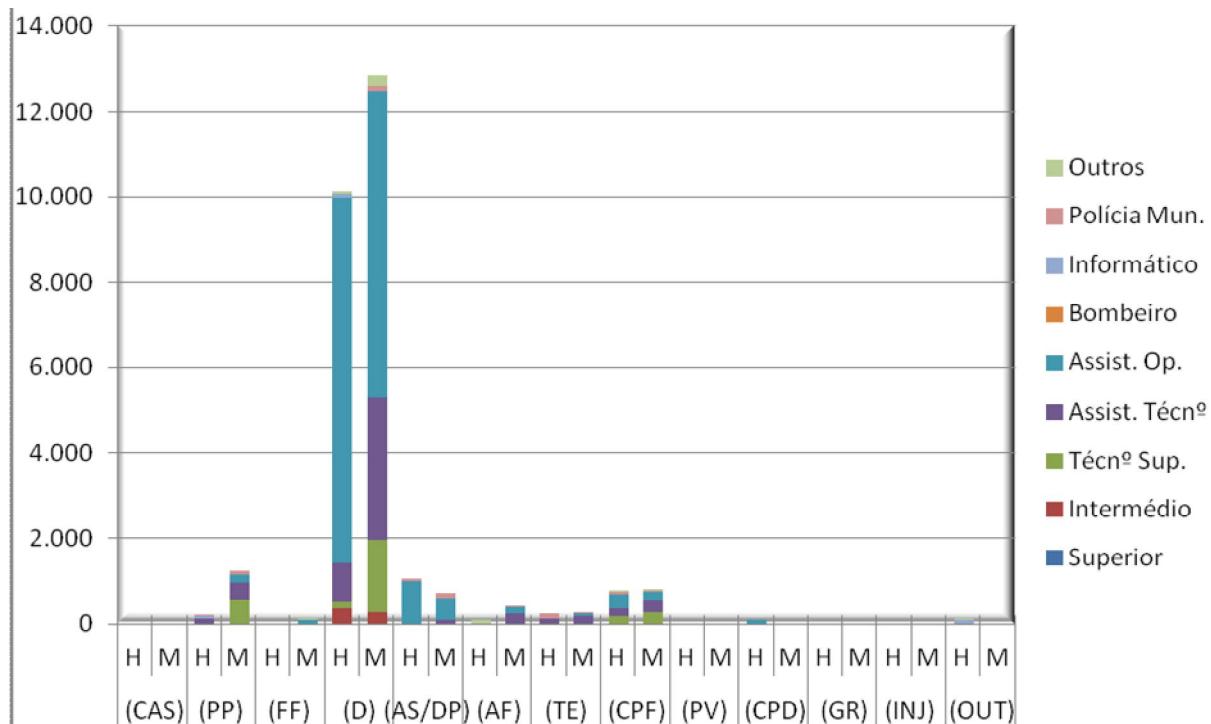
Considerando os **motivos de ausência** ao trabalho verifica-se que a Doença foi o item mais expressivo, correspondendo a 22.973 dias de ausência (78,04%) num total de 29.437 dias de faltas. Por conta do período de férias registaram-se 1.600 dias de ausências e ainda 1.474 por parentalidade, entre outros motivos.

A ausência por Doença tem um peso de 8,33% no total da taxa de absentismo global (10,68%). Por último, considera-se ainda como relevante o número de ausências por motivo de acidente em serviço ou doença profissional que afeta em 0,65% a taxa de absentismo global.

Quadro 15 - Contagem dos dias de ausência ao trabalho segundo o motivo por cargo / carreira e género

Carreiras e Categorias		Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
Motivos Ausência	Género	Superior	Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Pólicia Municipal		
Casamento (CAS)	H	0	0	0	21	0	0	0	0	0	21
	M	0	0	0	33	0	0	0	0	0	33
	T	0	0	0	54	0	0	0	0	0	54
Protecção na parentalidade (PP)	H	0	50	0	89	0	0	50	40	0	229
	M	0	0	569	397	174	0	0	105	0	1.245
	T	0	50	569	486	174	0	0	145	0	1.474
Falecimento de familiar (FF)	H	0	10	10	10	29	0	0	0	0	59
	M	0	0	9	51	44	0	0	2	4	110
	T	0	10	19	61	73	0	0	2	4	169
Doença (D)	H	0	371	164	882	8.560	0	90	14	38	10.119
	M	0	274	1.675	3.346	7.209	0	1	101	248	12.854
	T	0	645	1.839	4.228	15.769	0	91	115	286	22.973
Por acidente em serviço ou doença profissional (AS/DP)	H	0	0	5	18	980	0	0	70	0	1.073
	M	0	0	39	70	494	0	0	130	0	733
	T	0	0	44	88	1.474	0	0	200	0	1.806
Assistência a familiares (AF)	H	0	0	26	15	19	0	1	8	1	70
	M	0	16	69	174	146	0	0	19	0	424
	T	0	16	95	189	165	0	1	27	1	494
Trabalhador-estudante (TE)	H	0	2	0	116	29	0	0	112	0	259
	M	0	0	67	138	39	0	9	32	0	285
	T	0	0	67	254	68	0	9	144	0	544
Por conta do período de férias (CPF)	H	0	38	156	174	329	0	19	47	29	792
	M	0	59	212	290	200	0	10	14	23	808
	T	0	97	368	464	529	0	29	61	52	1.600
Com perda de vencimento (PV)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cumprimento de pena disciplinar (CPD)	H	0	0	0	0	90	0	0	0	0	90
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	90	0	0	0	0	90
Greve (GR)	H	0	0	5	12	21	0	1	13	2	54
	M	0	0	8	11	12	0	0	7	1	39
	T	0	0	13	23	33	0	1	20	3	93
Injustificadas (INJ)	H	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Outros (OUT)	H	0	1	17	5	62	0	19	0	7	111
	M	0	0	4	8	16	0	0	0	0	28
	T	0	1	21	13	78	0	19	0	7	139
Total	H	0	472	383	1.342	10.120	0	180	304	77	12.878
	M	0	349	2.652	4.518	8.334	0	20	410	276	16.559
	T	0	821	3.035	5.860	18.454	0	200	714	353	29.437

Gráfico 15 - Contagem dos dias de ausência ao trabalho segundo o motivo por cargo / carreira e género



Nota Comparativa: Adicionalmente, verifica-se um aumento da taxa de absentismo de 9,86% em 2010 para 10,68%, em 2011. O item que mais contribuiu para tal facto foram as faltas por doença, com uma situação de 18.798 dias de faltas em 2010 para 22. 973 em 2011.

Quadro 16 - Não disponibilizado pelo SIAL - Sistema Integrado de Informação da Administração Local (inexistente)

REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

Na temática **Remunerações e Encargos** destaca-se a redução em termos de valores e percentagens das Remunerações Ilíquida auferidas. Tal fato resultou da aplicação do artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, implementada desde 01 de Janeiro de 2011 para as remunerações totais ilíquidas superiores a 1.500€. Com a introdução desta legislação, imposta pelo Orçamento de Estado de 2011, obteve-se um forte impacto na redução dos salários de todos os funcionários públicos.

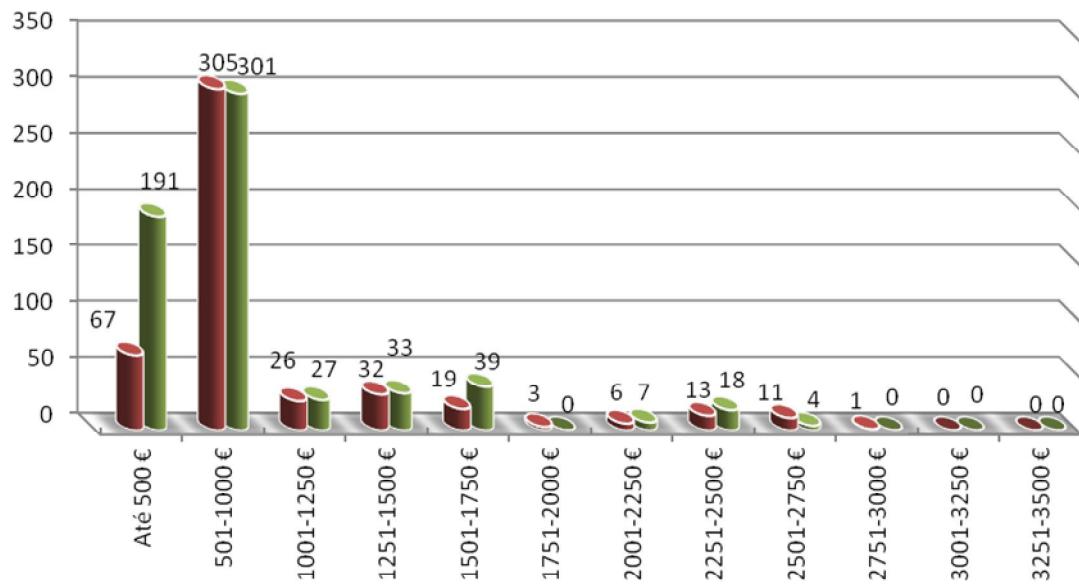
Na leitura do quadro infra (n.º 17), visualiza-se que a maior parte das remunerações mensais ilíquidas brutas situaram-se entre os 501-1000€, correspondendo a 305 homens e 301 mulheres, num total de 606. Seguiu-se a remuneração até 500€, com 67 homens e 191 mulheres, perfazendo um acumulado de 258. Cerca de 58 trabalhadores auferiram um vencimento superior a 1.501€.

Quadro 17 - Estrutura remuneratória, por género/Remunerações mensais ilíquidas brutas, (Dez).

Escalões de Remuneração	Homens	Mulheres	Total
Até 500 €	67	191	258
501-1000 €	305	301	606
1001-1250 €	26	27	53
1251-1500 €	32	33	65
1501-1750 €	19	39	58
1751-2000 €	3	0	3
2001-2250 €	6	7	13
2251-2500 €	13	18	31
2501-2750 €	11	4	15
2751-3000 €	1	0	1
3001-3250 €	0	0	0
3251-3500 €	0	0	0
3501-3750 €	0	0	0
3751-4000 €	0	0	0
4001-4250 €	0	0	0
4251-4500 €	0	0	0
4501-4750 €	0	0	0
4751-5000 €	0	0	0
5001-5250 €	0	0	0
5251-5500 €	0	0	0
5501-5750 €	0	0	0
5751-6000 €	0	0	0
Mais de 6000 €	0	0	0
Total	483	620	1.103

€	H	M
Remuneração Máxima	2 822	2 735
Remuneração Mínima	485	485

Gráfico 17 - - Estrutura remuneratória, por género/Remunerações mensais ilíquidas brutas, (Dez).



Nota Comparativa: No âmbito da Estrutura Remuneratória, verificaram-se oscilações acentuadas nos últimos dois anos. Para facilitar a mesma análise apresenta-se o registo auxiliar seguinte:

Remunerações ilíquidas brutas	2010 (n.º trab.)	2010 (%)	2011 (n.º trab.)	2011 (%)
Até 500€	345	29,90%	258	23,40%
Entre os 501 e 1000€	573	49,65%	606	54,93%
Entre 1001€ e 1500€	124	10,75%	118	10,70%
Superiores a 1501€	112	9,70%	121	10,97%

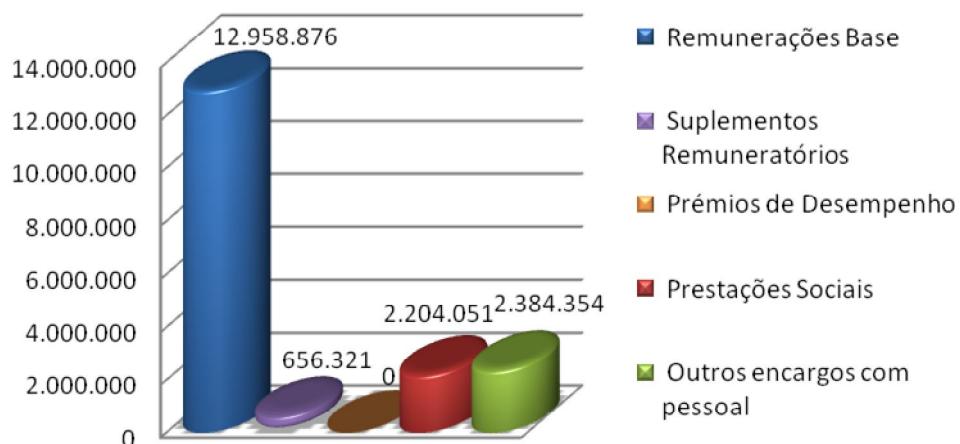
Na análise do quadro/gráfico (18), verifica-se que o **Total de Encargos com Pessoal** cifra-se em 18.203.603€⁶. O maior bolo dos encargos reportam-se à Remuneração Base com o valor de 12.958.876€, seguida de Outros Encargos Com Pessoal no valor de 2.384.354€ e das Prestações Sociais de 2.204.051€ e os Suplementos Remuneratórios com 656.321€.

⁶ O Total de Encargos com Pessoal não inclui as remunerações de Eleitos Locais e despesas com Prestadores de Serviços.

Quadro 18 - Total dos encargos com pessoal durante o ano

Encargos com Pessoal	Total (€)
Remunerações Base	12.958.876
Suplementos remuneratórios	656.321
Prémios de Desempenho	0
Prestações Sociais	2.204.051
Outros encargos com pessoal	2.384.354
Total	18.203.603

Gráfico 18 - Total dos encargos com pessoal durante o ano



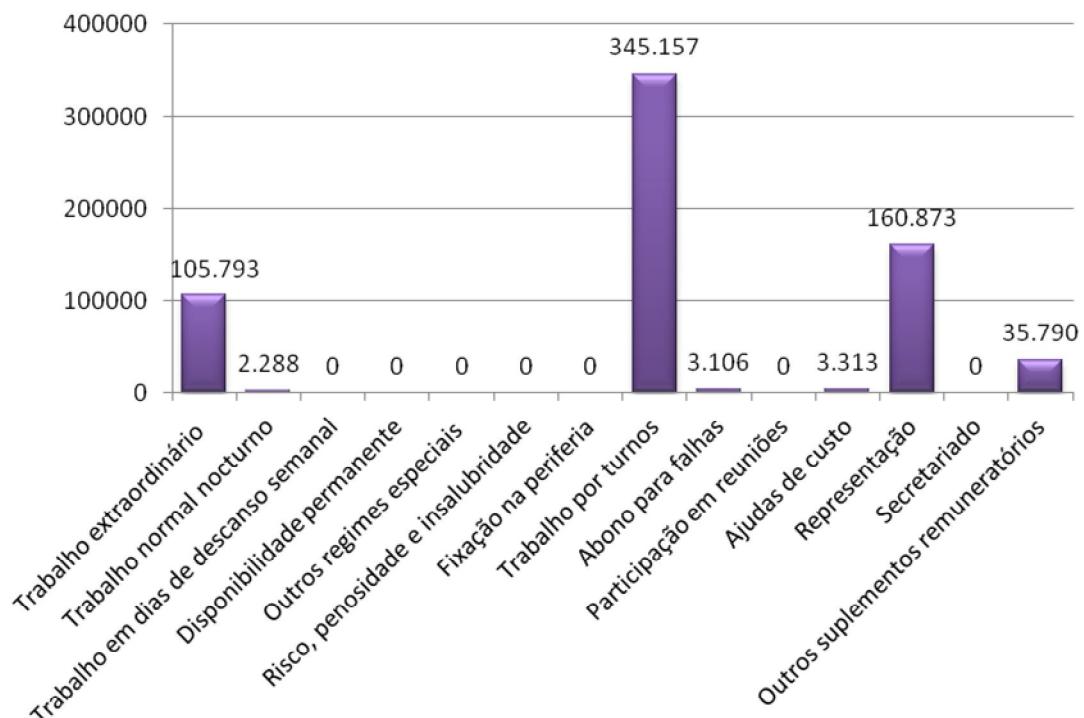
Nota Comparativa: Adicionalmente, verifica-se uma diminuição no total de encargos com o pessoal de 2010 para 2011, traduzindo-se numa redução de 148.643€, ou seja, de 18.352.246€ em 2010 para os atuais 18.203.603€. A redução foi notória ao longo de todas as rúbricas com exceção do ligeiro aumento nas Prestações Sociais de 2.185.721€ (2010) face aos 2.204.051€ (2011) (ver quadro n.º 18.2).

Na análise do quadro/gráfico n.º 18.1, verifica-se que o Total dos **Suplementos Remuneratórios** é de 656.321€, o que se traduz maioritariamente em 345.157€ despendidos em Trabalho por Turnos, 160.873€ em Despesas de Representação e 105.793€ em Trabalho Extraordinário (diurno e noturno). Os restantes valores são distribuídos pelas outras rubricas abaixo mencionadas:

Quadro 18.1 - Suplementos Remuneratórios

Suplementos Remuneratórios	Total (€)
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	105.793
Trabalho normal noturno	2.288
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (não incluído em trabalho extraordinário)	0
Disponibilidade permanente	0
Outros regimes especiais de prestação de trabalho	0
Risco, penosidade e insalubridade	0
Fixação na periferia	0
Trabalho por turnos	345.157
Abono para falhas	3.106
Participação em reuniões	0
Ajudas de custo	3.313
Representação	160.873
Secretariado	0
Outros suplementos remuneratórios (ver 18.1)	35.790
Total	656.321

Gráfico 18.1 - Suplementos Remuneratórios



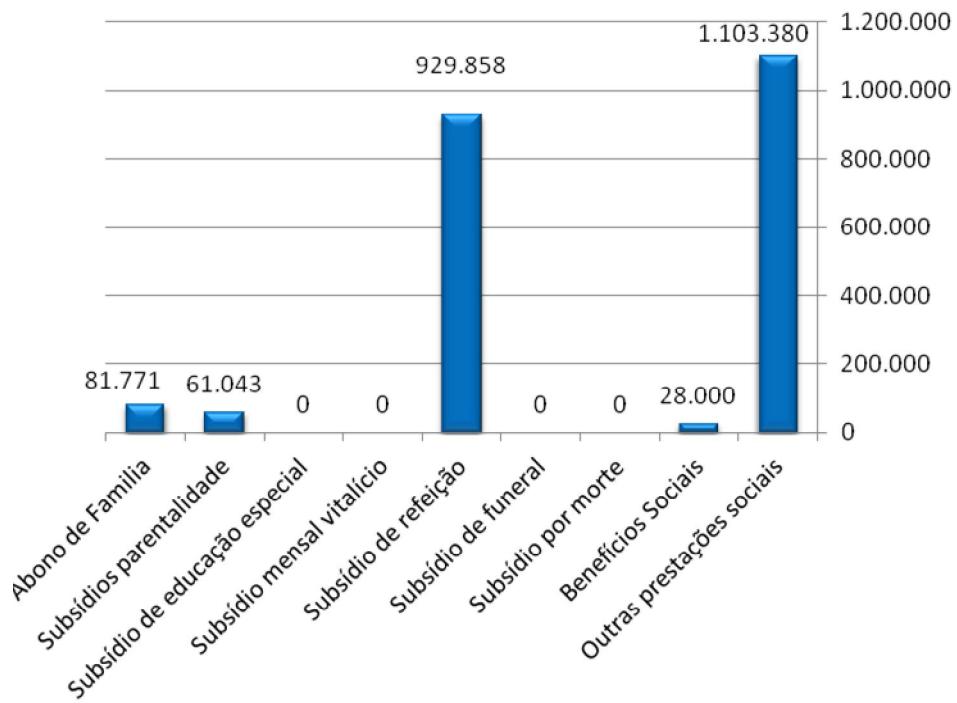
Nota Comparativa: No corrente ano efetuou-se uma diminuição nos gastos com os Suplementos Remuneratórios passando de 757.358€ em 2010 para 656.321€ em 2011, o que representou uma poupança de 101.037€. Destaca-se que no Balanço Social/2010 já se tinha verificado uma redução nesta rubrica de 871.274€ para 757.358€ (variação de 113.916 €).

Na análise do quadro/gráfico n.º 18.2, verifica-se que o valor das **Prestações Sociais** é de 2.204.051€, sendo que a autarquia assumiu os seguintes apoios: Subsídio de Refeição (929.858€), Abono de Família (81.771€), Subsídio no âmbito da Proteção da Parentalidade (61.043€), Benefícios Sociais (28.000€) e Outras Prestações Sociais (1.103.380€).

Quadro 18.2 - Prestações Sociais

Prestações Sociais	Total (€)
Abono de Família	81.771
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade	61.043
Subsídio de educação especial	0
Subsídio mensal vitalício	0
Subsídio de refeição	929.858
Subsídio de funeral	0
Subsídio por morte	0
Benefícios Sociais (CCD)	28.000
Outras prestações sociais (ADSE)	1.103.380
Total	2.204.051

Gráfico 18.2 - Prestações Sociais



Nota Comparativa: No âmbito das Prestações Sociais verificam-se oscilações acentuadas nos últimos dois anos. Para facilitar a mesma análise apresenta-se o registo auxiliar seguinte:

Prestações Sociais	Ano 2010	Ano 2011	Variação
Refeição	941.552€	929.858€	- 11.694 €
Abono de Família	134.730€	81.771€	- 52.959 €
Proteção da Parentalidade	49.090€	61.043€	+ 11.953 €
Benefícios Sociais	50.160	28.000€	- 22.160 €
Outras Prestações Sociais (ADSE)	1.010.189€	1.103.380€	+ 93.191€

Na análise do quadro infra (n.º 18.2.1), verifica-se que o único **Benefício de Apoio Social** praticado pelo Município prende-se com o CCD – Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Maia, Serviços Municipalizados e Empresas Municipais no valor de 28.000€.

Quadro 18.2.1 - Benefícios de Apoio Social

Benefícios	Total (€)
Grupos desportivos / casa de pessoal	28.000
Refeitórios	0
Subsídio de frequência de creche e de educação pré-escolar	0
Colónias de férias	0
Subsídio de estudo	0
Apoio socioeconómico	0
Outros benefícios sociais	0
Total	28.000

Nota Comparativa: Igual facto aconteceu no ano de 2010, no entanto salienta-se que a verba dispensada ao Apoio Social teve uma redução de 50.160€ em 2010 para 28.000€ em 2011.

HIGIENE E SEGURANÇA

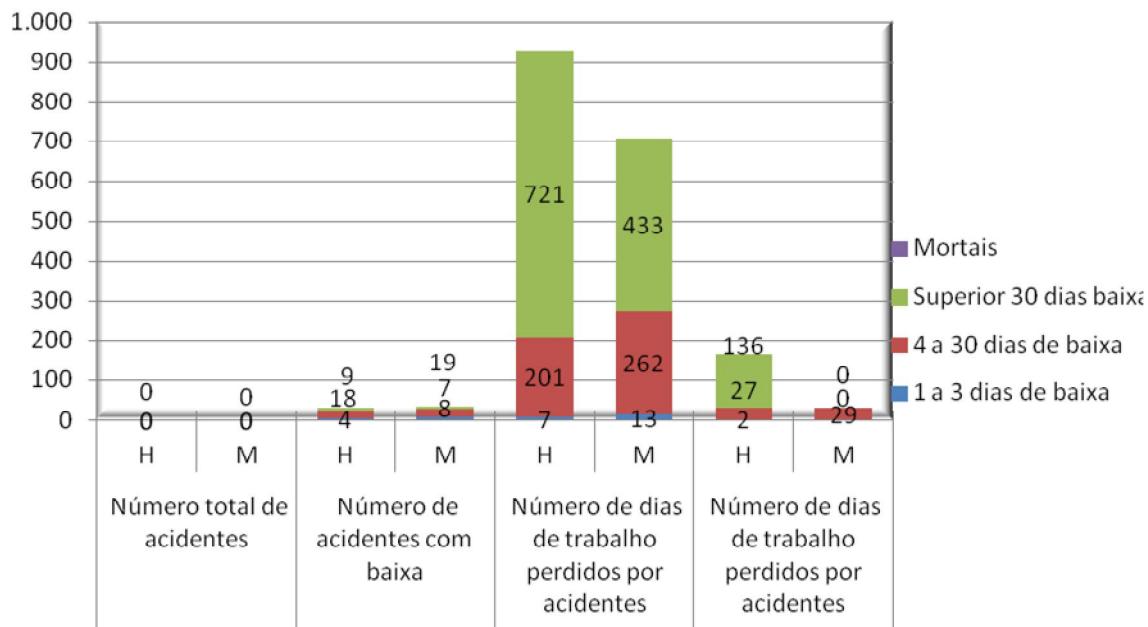
Na análise do quadro/gráfico infra verifica-se que ocorreram 65 **Acidentes** com baixa, o que corresponde a 1637 dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos, sendo que 194 dias de trabalho foram perdidos por acidentes ocorridos anteriormente.

No ano 2011 a Taxa de Incidência de Acidentes de Trabalho resultou em 5,98% face ao universo de trabalhadores, conforme Mapa de Indicadores disponível no final do presente dossier.

Quadro 19.1 - Contagem dos acidentes no local de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa (por género)

Acidentes Local	Género	Sem baixa	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior 30 dias baixa	Mortais	Total
Número total de acidentes	H	0	0	0	0	0	31
	M	0	0	0	0	0	34
	T	0	0	0	0	0	65
Número de acidentes com baixa	H	0	4	18	9	0	31
	M	0	7	19	8	0	34
	T	0	11	37	17	0	65
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	H	0	7	201	721	0	929
	M	0	13	262	433	0	708
	T	0	20	463	1.154	0	1.637
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes anteriores	H	0	2	27	136	0	165
	M	0	0	29	0	0	29
	T	0	2	56	136	0	194

Gráfico 19.1 - Contagem dos acidentes no local de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa (por género)



Nota Comparativa: De salientar que o número de dias de trabalho perdidos, devido a acidentes, tem vindo tendencialmente a diminuir. A título de exemplo, destacam-se os 2435 dias de trabalho perdidos no ano de 2010 para os 1637 dias de trabalho perdidos em 2011.

Em análise aos **acidentes de trabalho** verificaram-se 2 acidentes de trabalho *in itinere* com baixa, correspondendo a 275 dias de trabalho perdidos. Mais uma vez, os trabalhadores do género masculino foram os mais vitimados.

Quadro 19.2 - Contagem dos acidentes de trabalho *in itinere* e de dias de trabalho perdidos com baixa (por género)

Acidentes itinerário	Género	Sem Baixa	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior 30 dias baixa	Mortais	Total
Número total de acidentes	H	0	0	0	0	0	2
	M	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	2
Número de acidentes com baixa	H	0	0	0	2	0	2
	M	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	2	0	2
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	H	0	0	0	275	0	275
	M	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	275	0	275
Número de dias de trabalho perdidos por acidentes anteriores	H	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0

Nota Comparativa: Face ao ano anterior verificou-se o aumento de mais 1 acidente de trabalho *in itinere*, bem como o agravamento em termos de número de dias de trabalho perdidos de 167 para 275 dias.

Do quadro 20, decorre a contagem de 5 casos de **incapacidade temporária e parcial**, relativamente aos **trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho**.

Quadro 20 - Contagem dos casos de incapacidade declarados relativamente aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho

Casos de incapacidade	Total	%
Casos de incapacidade permanente absoluta	0	0
Casos de incapacidade permanente parcial	0	0
Casos de incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual	0	0
Casos de incapacidade temporária e absoluta	0	0
Casos de incapacidade temporária e parcial	5	100%
Total	5	100%

Nota Comparativa: Face ao ano anterior verificou-se uma diminuição de 10 casos de incapacidade.

Quadro 21 - Contagem das situações participadas e confirmadas de doença profissional e de dias de trabalho perdidos

Situações ⁷	Códigos	Número de casos	Dias de Ausência	-----	-----	Total
-----	-----	-----	-----	-----	-----	0
-----	-----	-----	-----	-----	-----	0
-----	-----	-----	-----	-----	-----	0

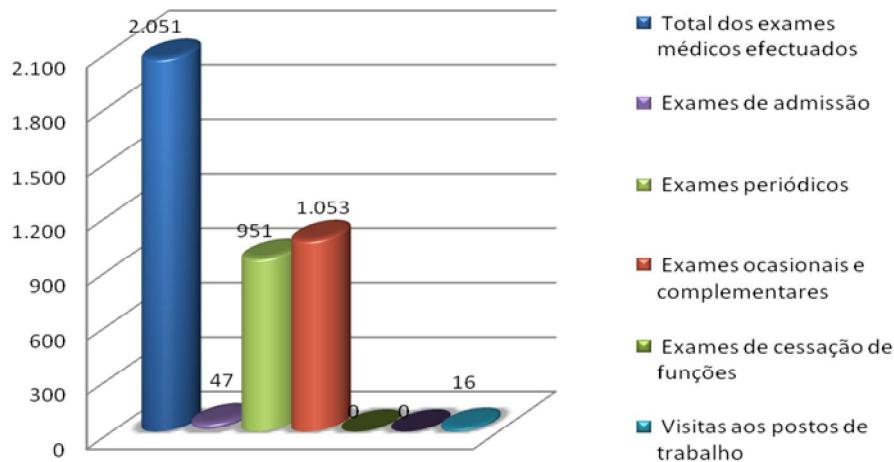
Na Contagem das **atividades de medicina no trabalho e respetivos encargos** registaram-se 4.118 atividades, destacando-se a realização de exames e as visitas aos postos de trabalho (16), que totalizaram uma despesa anual de 28.759€.

Quadro 22 - Contagem das atividades de medicina no trabalho e respetivos encargos

Medicina no Trabalho	Número	Total (€)
Total dos exames médicos efetuados	2051	0
Exames de admissão	47	0
Exames periódicos	951	0
Exames ocasionais e complementares	1.053	0
Exames de cessação de funções	0	0
Despesas com medicina no trabalho	0	28.759
Visitas aos postos de trabalho	16	0
Total	4.118	28.759

⁷ No que respeita ao quadro n.º 21 não há registo de nenhum caso.

Gráfico 22 - Contagem das atividades de medicina no trabalho e respetivos encargos



Nota Comparativa: Verificou-se um aumento das atividades de medicina no trabalho de 3.260 para 4.118, respetivamente nos anos 2010 e 2011. Paralelamente os custos aumentaram igualmente de 25.759€ para 28.759€.

Na contagem das intervenções das **comissões de segurança e saúde no trabalho** por tipo não existiram registos, conforme quando infra (n.º 23).

Quadro 23 - Contagem das intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho por tipo

Intervenções	Número
Reuniões da Comissão	0
Visitas aos Locais Trabalho	0
Outras	0
Total⁸	0

⁸ No ano 2011 foram eleitos os Representantes dos Trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho para o triénio 2011/2014.

Em análise ao quadro n.º 24 de notar que 14 trabalhadores foram sujeitos a **ações de reintegração profissional** por acidentes de trabalho/incapacidade, 8 trabalhadores com alterações de funções e 6 submetidos a Mobilidade Interna.

Quadro 24 - Contagem dos trabalhadores sujeitos a ações de reintegração profissional por acidentes de trabalho/incapacidade

Ações de Reintegração	Número
Alteração das funções exercidas	8
Formação Profissional	0
Adaptação do posto de trabalho	0
Alteração do regime de horário trabalho	0
Mobilidade Interna	6
Total	14

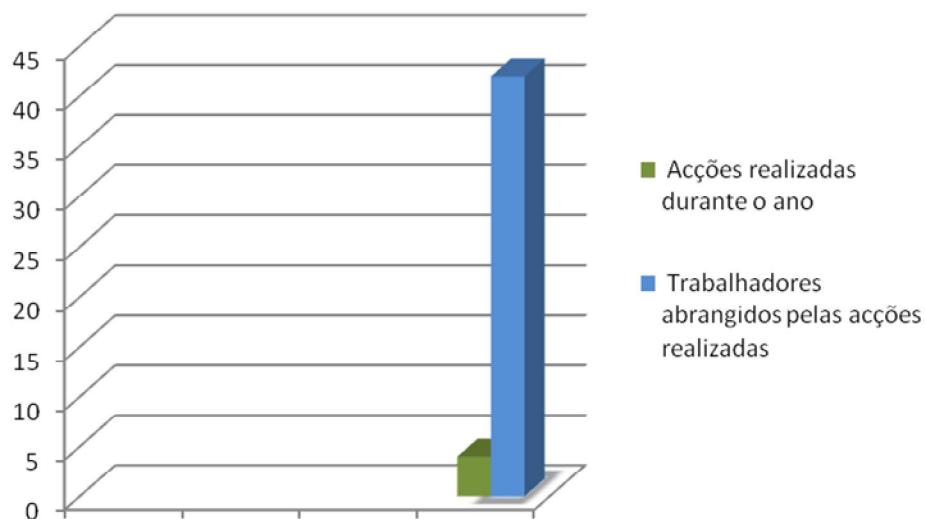
Nota Comparativa: Estes números contrastam positivamente com os do ano anterior que não registavam casos de ações sujeitas a reintegração profissional.

No ano de 2011 foram realizadas 4 **ações de formação e sensibilização em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho**, abrangendo um total de 42 trabalhadores (ver quadro/gráfico n.º 25).

Quadro 25 - Contagem das ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho

Ações	Quantidade
Ações realizadas durante o ano	4
Trabalhadores abrangidos pelas ações realizadas	42

Gráfico 25 - Contagem das ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho



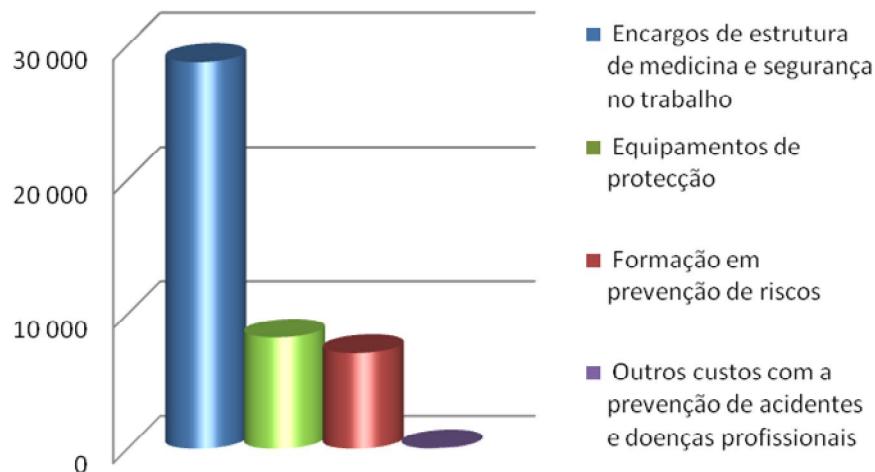
Nota Comparativa: Comparativamente ao ano anterior mantém-se o número de ações de formação (4). No entanto existe uma diminuição do número de trabalhadores abrangidos pela formação ministrada de 65 em 2010 para 42 de 2011.

Em análise aos **Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais** regista-se uma despesa total de 44.181€. Na reafectação da despesa pelas várias rubricas destaca-se o custo em Equipamentos de Proteção no valor de 7.103€.

Quadro 26 - Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (em €)

Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho	28 759
Equipamentos de proteção	8 263
Formação em prevenção de riscos	7 103
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais	55
Total	44 181

Gráfico 26 - Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (em €)



Nota Comparativa: Comparativamente ao ano anterior verifica-se uma diminuição de custos de 55.191€ para os 44.181€, nos anos de 2010 e 2011, respetivamente. Saliente-se que essa diminuição incide na despesa em equipamentos de proteção atendendo a que o investimento necessário foi efetuado no ano anterior (29.432,00€), nas restantes rubricas de Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais houve aumento da despesa.

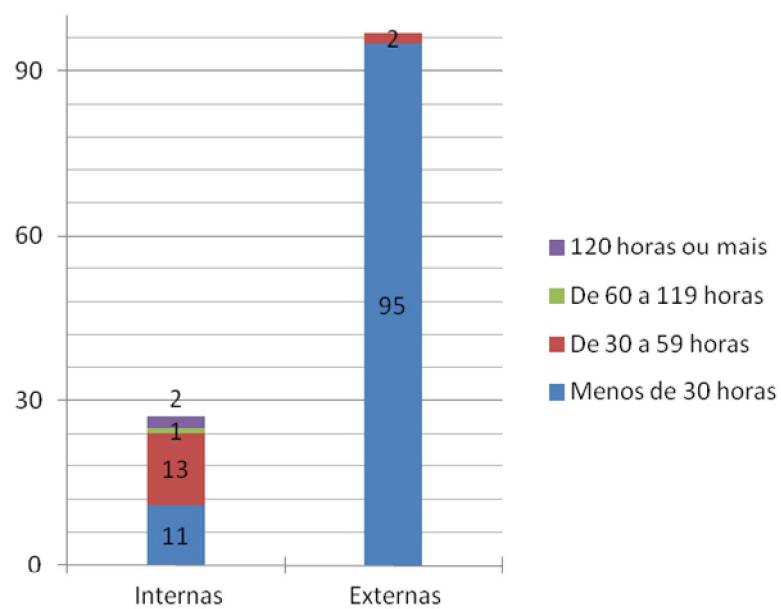
FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Da leitura do quadro/gráfico n.º 27, destacam-se ações de **formação profissional** externas (97) e internas (27), variando o número de horas.

Quadro 27 - Contagem das ações de formação profissional por tipo segundo a duração da ação

Ações de formação	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	11	13	1	2	27
Externas	95	2	0	0	97
Total	106	15	1	2	124

Gráfico 27 - Contagem das ações de formação profissional por tipo segundo a duração da ação



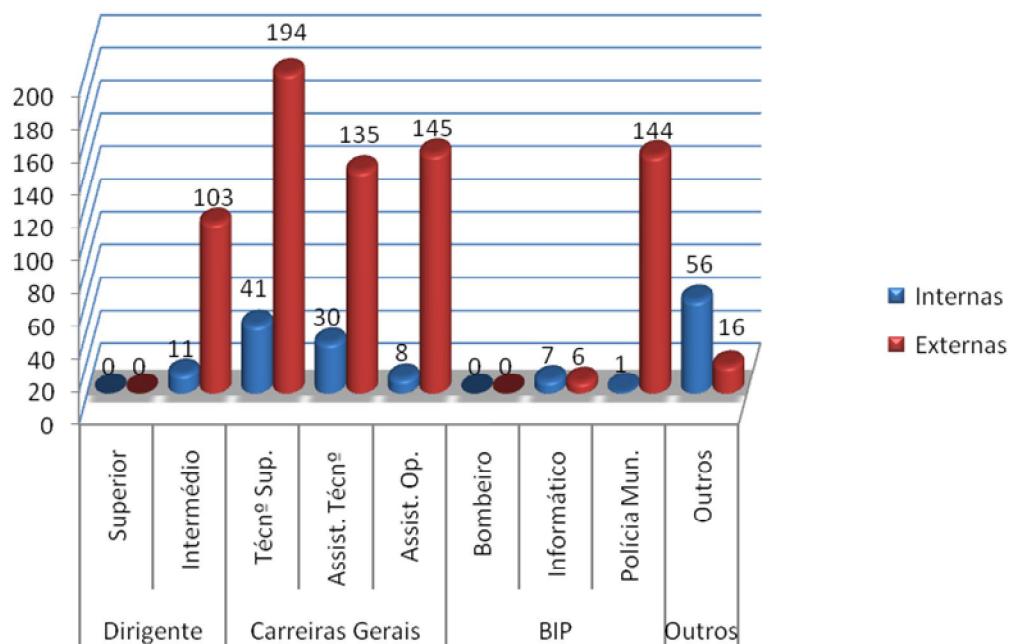
Nota Comparativa: Tem vindo a verificar-se um aumento sucessivo no total de ações de formação realizadas, de 83, 93 e 124, respetivamente nos anos de 2009, 2010 e 2011.

Do estudo do quadro/gráfico n.º 28, conclui-se que os Técnicos Superiores participaram em maior número de ações de formação profissional (235), face aos trabalhadores das restantes categorias/carreiras, num universo de 897 participantes nas ações de formação profissional, realizadas no decorrer do ano de 2011.

Quadro 28 - Contagem dos participantes em ações de formação profissional segundo o tipo de ação por cargo / carreira

Carreiras e Categorias	Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
Participantes em Ações	Superior	Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Pólicia Municipal		
Internas	0	11	41	30	8	0	7	1	56	154
Externas	0	103	194	135	145	0	6	144	16	743
Total	0	114	235	165	153	0	13	145	72	897

Gráfico 28 - Contagem dos participantes em ações de formação profissional segundo o tipo de ação por cargo / carreira



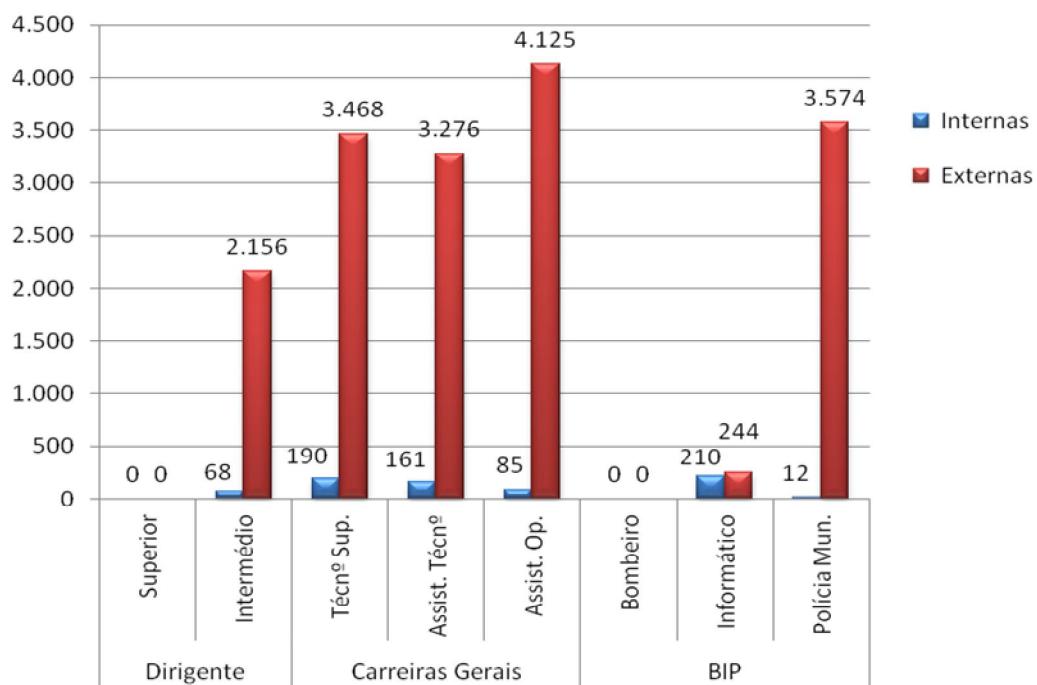
Nota Comparativa: Face aos dados anteriores, continua a ser a Carreira de Técnico Superior a participar em maior número em ações de formação, de realçar ainda o aumento do total de participantes de 422 em 2010 para os atuais 897 em 2011.

Do estudo do quadro/gráfico n.º29, verifica-se que o total de horas despendidas em ações de formação profissional é de 18.377. Destaca-se um maior aproveitamento das horas de formação por parte da Carreira de Assistente Operacional com um total de 4.210 horas.

Quadro 29 - Contagem das horas despendidas em ações de formação profissional segundo o tipo de ação por cargo/carreira

Carreiras e Categorias	Dirigente		Carreiras Gerais			BIP			Outros	Total
Horas em Ações	Superior	Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiro	Informático	Polícia Municipal		
Internas	0	68	190	161	85	0	210	12	315	1.041
Externas	0	2.156	3.468	3.276	4.125	0	244	3.574	493	17.336
Total	0	2.224	3.658	3.437	4.210	0	454	3.586	808	18.377

Gráfico 29 - Contagem das horas despendidas em ações de formação profissional segundo o tipo de ação por cargo/carreira



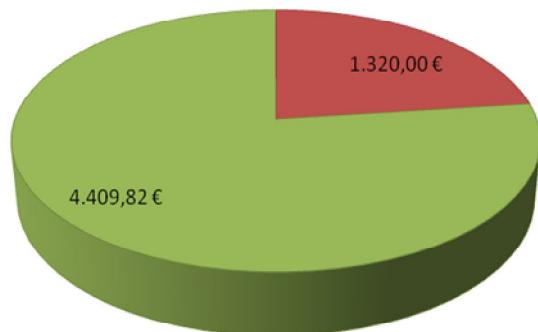
Nota Comparativa: Ao longo dos anos tem vindo a observar-se um acréscimo de horas despendidas em ações de formação, de 7.182 horas para 7.916 horas, respetivamente nos anos de 2009 e 2010. No ano 2011 foram ministradas 18.377 horas.

Do quadro infra (nº 30), conclui-se que o Município investiu em formação profissional o valor de 5.729,82€.

Quadro 30 - Despesas anuais com formação profissional

Custos de Formação	Total (€)
Internas	1.320,00
Externas	4.409,82
Total	5.729,82

Gráfico 30 - Despesas anuais com formação profissional



Nota Comparativa: Em análise aos Balanços Sociais dos anos anteriores (2009 e 2010), verifica-se uma oscilação em termos dos valores despendidos em formação profissional, de 6.411,18€ e de 5.363€, respetivamente. No corrente ano esta verba cifrou-se em 5.729,82€.

RELACÕES PROFISSIONAIS E DE DISCIPLINA

A Câmara Municipal da Maia contava em 31 de dezembro de 2011 com 83 colaboradores sindicalizados, valor correspondente a cerca de 7,52% do total de colaboradores.

Quadro 31 - Relações Profissionais

Situações	Total
Número de trabalhadores sindicalizados	83
Número de elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	0
Total de votantes para comissões de trabalhadores	0

Nota Comparativa: Face aos dados de 2010, existia um total de 226 trabalhadores sindicalizados. No ano 2011 assistiu-se a uma diminuição muito acentuada de trabalhadores sindicalizados, pois apenas dispomos do registo de 83 trabalhadores nesta situação.

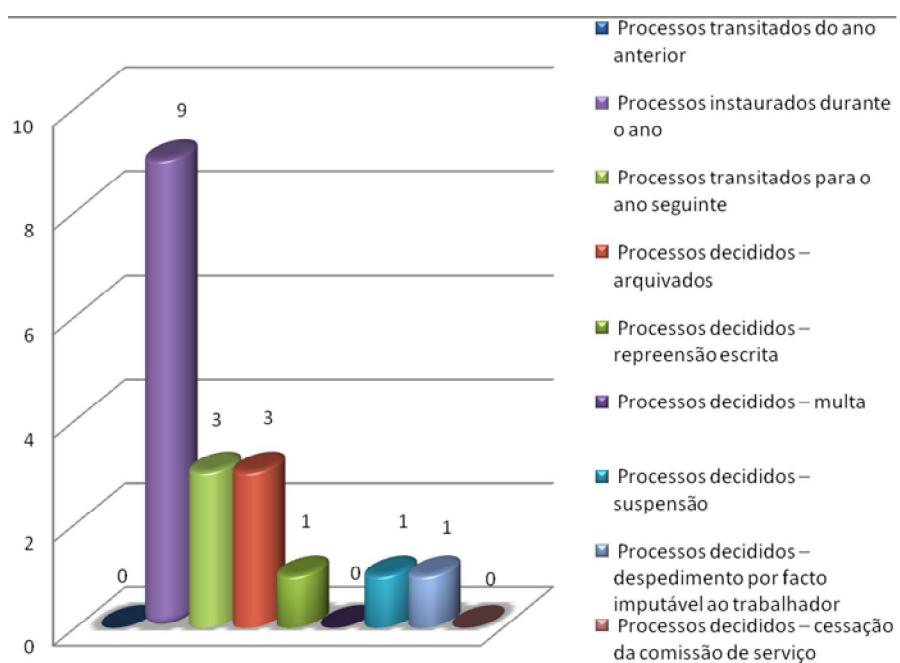
Em **matéria disciplinar** foram instaurados 9 processos disciplinares, 3 dos quais transitaram do ano 2010 para 2011 (ver quadro/gráfico nº 32).

Deste total (9), 3 processos foram arquivados, 1 em repreensão escrita, 1 em suspensão e ainda 1 em despedimento por facto imputável ao trabalhador. Neste último caso, através de providência cautelar por parte do trabalhador, o mesmo encontra-se, no momento, reintegrado até sentença judicial.

Quadro 32 – Disciplina

Processos	Total
Processos transitados do ano anterior	0
Processos instaurados durante o ano	9
Processos transitados para o ano seguinte	3
Processos decididos – arquivados	3
Processos decididos - repreensão escrita	1
Processos decididos – multa	0
Processos decididos – suspensão	1
Processos decididos – despedimento por facto imputável ao trabalhador	1
Processos decididos – cessação da comissão de serviço	0

Gráfico 32 – Disciplina



Nota Comparativa: Face aos anos anteriores (2009 e 2010), verifica-se um agravamento do número de processos disciplinares instaurados (3 para 5). O crescente registo continuou a manter-se no ano 2011 cifrando-se em 9 processos disciplinares instaurados.

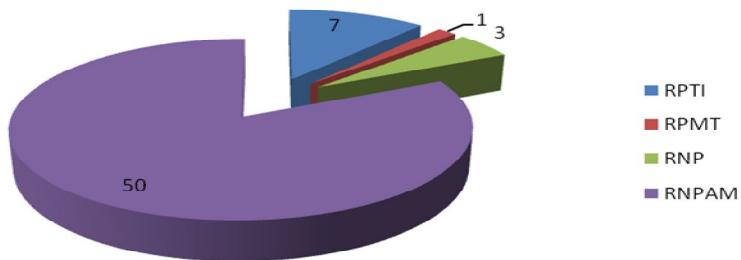
ELEITOS, GABINETES DE APOIO E DIRIGENTES

A informação que se segue é apresentada pela 1.ª vez, conforme recentes orientações da DGAL.
Por esse fato não existem notas comparativas.

Em análise ao quadro/gráfico nº 33, verifica-se que existe um total de 11 eleitos locais - Presidente, Vice-Presidente e Vereadores - e 50 eleitos pela Assembleia Municipal.

Quadro 33 – Eleitos (Desdobrado por Género)				
Regime/Órgãos	Tempo Inteiro Câmara Presidente e Vereadores (RPTI)	Meio Tempo Câmara Presidente e Vereadores (RPMT)	Não Permanência Câmara Municipal (RNP)	Não Permanência Assembleia Municipal (RNPAM)
Nº Eleitos	6	2	3	50
	6	2	3	50

Gráfico 33 – Eleitos (Desdobrado por Género)

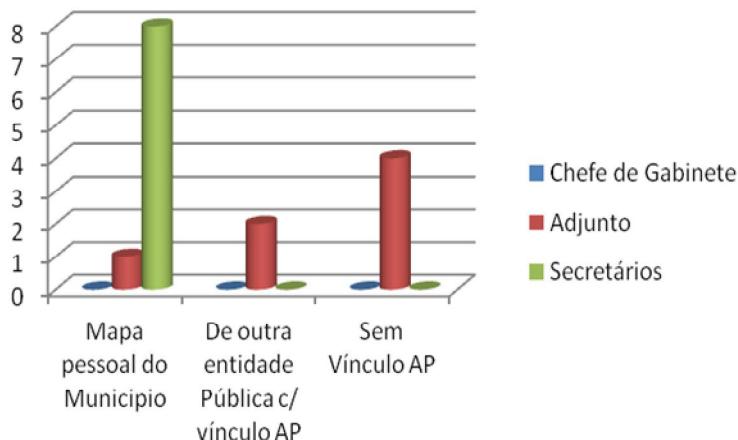


Nos **Gabinetes de Apoio Pessoal** regista-se um total de 15 trabalhadores afetos ao GAP – Gabinete de Apoio Presidência e aos GAV'S – Gabinetes de Apoio aos Vereadores, distribuídos segundo as categorias de Adjuntos (7) e Secretários/as (8). A 31 de dezembro de 2011 o GAP não acolhia nenhum Chefe de Gabinete.

Quadro 34 – Gabinetes de Apoio Pessoal

Vínculo/Origem	Do Mapa de Pessoal do Município	De outra entidade pública, com vínculo à Administração Pública	Sem Vínculo à Administração Pública	Total
Chefes de Gabinete	0	0	0	0
Adjunto	1	2	4	7
Secretários(as)	8	0	0	8
Total	9	2	4	15

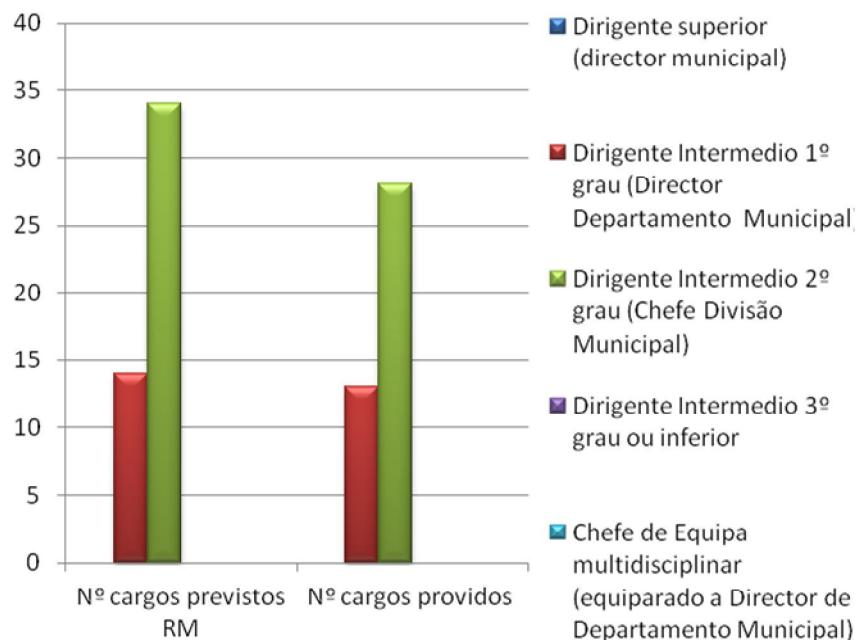
Gráfico 34 – Gabinetes de Apoio Pessoal



Na contagem de **Dirigentes e/ou Equiparados** de um total de 48 Previstos, encontram-se providos apenas 41.

Quadro 35 – Dirigentes e Equiparados

Nível	Nº de Cargos Previstos em Regulamento Municipal	Nº de Cargos Providos em 31-12
Dirigente Superior (Diretor Municipal)	0	0
Dirigente Intermédio 1º grau (Diretor Departamento Municipal)	14	13
Dirigente Intermédio 2º grau (Chefe de Divisão Municipal)	34	28
Dirigente Intermedio 3º grau ou inferior	0	0
Chefe de Equipa Multidisciplinar (equiparado a Diretor de Departamento Municipal)	0	0
Chefe de Equipa Multidisciplinar (equiparado a Chefe de Divisão)	0	0
Total	48	41

Gráfico 35 – Dirigentes e Equiparados


Com efeito, o Índice de Enquadramento regista uma taxa de 3,72% e traduz-se na fórmula seguinte:

$$\frac{\text{Índice de Enquadramento}}{\text{Número de Dirigentes x 100}} = \frac{3,72\%}{\text{Total de Recursos Humanos}}$$

INDICADORES

Indicador	Fórmula	Cálculo	Índice/Taxa	Resultado Indicador
Nível Etário	Soma das idades/Total de Recursos Humanos	46989/1103	42,6	Situase entre os 40-42 anos
Índice de Envelhecimento	<u>Número de Recursos Humanos com idade >55 anos x 100</u> Total de Recursos Humanos	(102+39+5)*100/ 1103	13,24	13,24%
Antiguidade Média da Função Pública	Soma das Antiguidades na Função Pública /Total Efetivos	12992/1103	11,78	Situase entre os 10-14 anos
Índice de Rotação	<u>Número de Recursos Humanos em 31 de Dezembro</u> Número de Recursos em 1Janeiro + entradas+ saídas	1103/ (1154+342+393)	0,58	0,58%
Taxa de Reposição	<u>Número de Admissões x 100</u> Número de Saídas	342*100/393	87,02	87%
Taxa de Absentismo	<u>Nº de dias de faltas x 100</u> Nº Anual de Dias Trabalháveis x Nº Total de Trabalhadores	29437*100/ 250*1103	10,68	10,68%
Índice de Tecnicidade	<u>Número de Técnicos Superiores x 100</u> Total de Recursos Humanos	128*100/1103	11,60	11,60%
Índice de Enquadramento	<u>Número de Dirigentes x 100</u> Total de Recursos Humanos	41*100/1103	3,72	3,72%
Taxa de Promoções	<u>Número de efetivos promovidos x 100</u> Total efetivos do quadro	2*100/ (852+8+41)	0,22	0,22%
Taxa de Progressões	<u>Número de efetivos com progressões x 100</u> Total de Efetivos do quadro	0*100/1103	0%	0%
Taxa de contratação a termo (excluindo AEC's)	<u>Número de Contratados a termo x 100</u> Total de efetivos do quadro	(195-148)*100/ (852+8+41)	5,22	5,22%
Índice de Trabalhadores Estrangeiros	<u>Número de Recursos Humanos Estrangeiros x 100</u> Total de Recursos Humanos	1*100/1103	0,09	0,09%
Taxa de Incidência de Acidentes de Trabalho	<u>Número de acidentes no local de trabalho x 100</u> Total de Recursos Humanos	65*100/1103	5,89	5,89%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do presente instrumento de gestão, conclui-se que a 31 de Dezembro/2011 a Câmara Municipal da Maia registava mil, cento e três trabalhadores (1103), excluindo cento e treze (113) prestadores de serviços e sessenta e seis (66) trabalhadores recrutados pela via de Medidas de Contrato de Emprego e Inserção.

Verificou-se em relação a período homólogo do ano anterior uma redução global de 51 trabalhadores, de 1154 para 1103. No mesmo período registou-se um decréscimo de 36 Prestações de Serviços, de 149 para 113. Destacam-se os trabalhadores afetos às Atividades de Enriquecimento Curricular, cento e quarenta e oito (148), contratados no ano letivo 2010/2011 com vista a apoiar alguns serviços municipais nas escolas do Município.

Do universo total de trabalhadores contabilizam-se um maior número os indivíduos do género feminino (620) em contraponto com o género masculino (483), respetivamente 56% pra 44%.

A média de idade concentra-se no escalão entre os 40 e 42 anos de idade. Sendo de salientar que 13,24% dos trabalhadores têm mais de 55 anos de idade. O nível médio de antiguidade na Função Pública é de, aproximadamente, 12 anos.

Evidencia-se o nível de habilitações literárias dos trabalhadores do Município da Maia que evoluíram para um grau escolar superior (em particular os Graus de Licenciado e Mestre), o que demonstra uma preocupação por parte dos trabalhadores na sua valorização e também da Câmara Municipal da Maia no desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores, facilitando-lhes as condições de conciliação entre a sua atividade profissional e a frequência escolar, indo por vezes mais além do que o próprio estatuto trabalhador-estudante estipula.

O principal motivo de ausência ao trabalho foi a doença, com 22.973 dias de ausência. A Taxa de Absentismo é de 10,68% face ao nº total de trabalhadores, da qual cerca de 78,04% respeita a situações de doença.

Ainda com referência a 2010, verificou-se em 2011 o seguinte:

- a) Uma redução da despesa com trabalho extraordinário em 40,50%;
- b) A diminuição do número de trabalhadores sindicalizados - 226 para 83;
- c) O aumento das ações de reintegração profissional de "0" para 14;
- d) O aumento das horas de formação 7.916 para 18.377, contribuindo para tal a dinamização da bolsa de formadores interna e as consequentes ações realizadas;
- e) O aumento das atividades de medicina no trabalho de 3.260 para 4.0118;
- f) A redução dos encargos com pessoal em 148. 643€;
- g) A redução da despesa com o trabalho por turnos em 16.985€;
- h) O aumento das despesas com saúde (ADSE) em 93.191€;
- i) O aumento da despesa com proteção da parentalidade em 11.953€;
- j) O aumento do número de processos disciplinares de 5 para 9.

A Câmara Municipal da Maia continua a evidenciar a sua preocupação com o seu capital mais precioso, o Capital Humano, conciliando o bem-estar dos seus trabalhadores com imperativos legais, condicionalismos macroeconómico e financeiros e de gestão.

Maia, 17 de Abril de 2012